

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III
JORNALISMO EM MULTIMEIOS - BACHARELADO

VICTÓRIA SANTANA OLIVEIRA

ARATUBAIA: MEMÓRIAS E RACISMOS SUBMERSOS
LIVRO-REPORTAGEM
MEMORIAL ANALÍTICO DESCRITIVO

JUAZEIRO
2023

VICTÓRIA SANTANA OLIVEIRA

**ARATUBAIA: MEMÓRIAS E RACISMOS SUBMERSOS
LIVRO-REPORTAGEM
MEMORIAL ANALÍTICO DESCRITIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina do curso de Jornalismo
em Multimeios da Universidade do Estado
da Bahia – UNEB, como requisito
parcial para a obtenção do bacharelado
em Jornalismo em Multimeios

Orientadora: Profa. Dra. Céres Santos.

JUAZEIRO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

O48a

Oliveira, Victória Santana

Aratubaia: memórias e racismos submersos / Victória Santana Oliveira.
Juazeiro-BA, 2023.
112 fls.: il.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Ceres Marisa Silva dos Santos.

Inclui Referências

Produto – Livro

TCC (Graduação – Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios) –
Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.
Campus III. 2021.

1. Racismo ambiental. 2. História da Bahia. 3. Cultura. I. Santos, Ceres Marisa
Silva dos. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 305.80981

ANEXO III

ATA DE APRECIÇÃO DE PARECER DE TCC

Aos 18 dias do mês de dezembro ano de dois mil 23, reuniram-se nas dependências do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia, situado à Avenida Edgard Chastinet, s/n, bairro São Geraldo, Juazeiro/BA, a Banca Examinadora composta pelo orientador

(a) CÉRES SANTOS, avaliador (a) MARCIA GUERRA e avaliador (a) GABRIELA SÁ, para julgar o trabalho de conclusão de curso

intitulado ARATUBAIA: MEMÓRIAS E DADISMO S, de autoria do(a) discente SUBMERSOS, LIVRO-REPORTAGEM VICTÓRIA SANTANA. Após a apresentação e arguições, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos no Regimento do TCC e que foram devidamente observados por cada membro da Banca, concluindo pela:

A – aprovação integral (X);

B – aprovação condicionada aos seguintes reparos (-):

C - não aprovação (),

com a nota final 10. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Orientador (a) Céres Santos

Avaliador (a) _____

Avaliador (a) _____

Juazeiro, 18 de 12 2023

*Saber-se negra é viver a experiência
de ter sido massacrada
em sua identidade, confundida em suas
perspectivas, submetida a exigências e
compelida a expectativas alienadas. Mas é
também, e sobretudo, a experiência de
comprometer-se a resgatar sua história e
recriar-se em suas potencialidades*

Neusa Santos Souza (1983)

AGRADECIMENTOS

Início este trabalho agradecendo a Deus, aos Orixás, meus Guias, Ancestrais, Anjos Celestiais, mentores espirituais, e a todos os seres, energias, entidades e espíritos de Luz que sempre se fizeram presentes em minha vida de diversas formas e em muitos momentos também, durante esta graduação, trazendo leveza, sabedoria e discernimento ao meu Orí.

No decorrer deste ciclo, muitas pessoas contribuíram enormemente para que eu pudesse alcançar este espaço na Universidade, como uma construção coletiva, que tem como base o amor. Nesse ínterim, agradeço à minha mãe, Samantha Santana, por ter sido o alicerce necessário nessa trajetória, investindo em mim, através da educação, e me mantendo sempre forte e resistente. Eu te amo e te admiro profundamente. Obrigada pela parceria de toda a vida.

Sou imensamente grata aos meus tios-avós Mariluce Vida e Hélio Gamalho, pelo acolhimento e cuidado em todos os encontros, e por tornarem os 506 quilômetros que nos separam, mera unidade de medida. Obrigada pelos cafés da manhã ao som do disco de Zezé Motta, na vitrola laranja sobre o rack retrô *classic* marrom e amarelo, que me trouxe inspiração na escrita deste trabalho.

À família da Boca do Rio, em especial, às minhas avós Claranícia Edelwies (em memória), por todas as vezes que sentava-se em sua cadeira de balanço próximo a porta de madeira pintada verde, me tomava no colo e compartilhava seus contos favoritos nas noites que passávamos juntas em nossa comunidade. Foi através da senhora que descobri que queria ser contadora de histórias; e Alina Nunes, matriarca corajosa, tropicalista, nordestina, de luta e figura inspiradora deste TCC.

Agradeço com todo o meu coração às famílias Jones e Machado pela generosidade e abraço-casa, em especial, ao professor Paulo Machado (em memória), por sempre terem acreditado em mim. Obrigada a cada um pelas oportunidades, incentivo, amor e reciprocidade. É também por causa de vocês que pude chegar onde estou e me tornar a mulher que aqui escreve. Sou grata ainda às famílias Guirra, em especial, à nossa amada Milenna (em memória); Ferreira e Céio pelo acolhimento e apoio, para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a Samantha, Paulo, Gabriel, João Pedro Jones, Emerson e João Pedro Carvalho, por tantos momentos, pela admiração mútua e, sobretudo, pela afetuosidade genuína. Tê-los ao meu lado é a certeza de que a vida, com vocês, faz mais sentido. Desejo que a nossa amizade floresça como uma primavera permanente. Ubuntu!

À Céres Santos, minha professora e orientadora, que nunca me subestimou, sempre

acreditou na minha pesquisa e que seguiu me fortalecendo, para que eu pudesse continuar me dedicando a esta potência. Agradeço a Osùn por tê-la colocado em meu caminho, para orientar este trabalho e pela amizade construída.

Às parceiras que me acompanharam no Projeto de Iniciação Científica, Rute e Vitória, e aos membros do Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - Cajup Luiz Gama, por nossa belíssima caminhada na academia e pelas lutas a favor do que acreditamos. Sou mais feliz por saber que estou ao lado das pessoas certas.

Agradeço a todos os meus professores, desde o pré-escolar na favela do Alto Mangabeira, na Boca do Rio, pelos conhecimentos e afetos que me construíram. A minha trajetória me mostra todos os dias o poder que a educação tem para transformar realidades e a importância de defender e fortalecer o ensino de qualidade. Toda linha desse trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

Sou grata também aos demais colaboradores da Uneb, em Juazeiro; das escolas Casinha Feliz e São Rafael, em Senhor do Bonfim; e da Escola Doce Mel, em Salvador, que indubitavelmente contribuíram, ainda que indiretamente, na realização deste sonho.

Agradeço a todos os entrevistados e entrevistadas, que disponibilizaram seu tempo e compartilharam as suas melhores lembranças, em especial, a Aloísio Sky, que foi o primeiro a ouvir minhas ideias numa mesa de bar e se emocionou comigo do início ao fim. Sem vocês essa grande reportagem não seria possível.

O meu bairro de nascença e criação sempre foi regido por pessoas pretas e tudo o que aprendi na minha primeira infância veio dessas pessoas, que me mostraram o poder da resiliência e me fizeram entender a importância de preservar e cultivar as nossas raízes. A Boca do Rio criou a pessoa que sou hoje. Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos e todas as crias da Boca do Rio, mães, pais, esposas, maridos, namorados e namoradas, filhas e filhos, netos e netas, trabalhadores e trabalhadoras, amigos e amigas, que não foram entrevistados, mas que estão representados em cada página deste trabalho.

Asè!

RESUMO

Este memorial tem como finalidade expor o percurso de elaboração e os resultados do livro *Aratubaia: memórias e racismos submersos*, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Trata-se de um produto experimental, apresentado na modalidade livro-reportagem, que evidenciou os impactos do racismo ambiental no panorama sociocultural da Praia dos Artistas, localizada na Boca do Rio, em Salvador, bairro abandonado pelos gestores públicos, onde a maioria da população é negra e assalariada. Porém, com uma história ancestral. Neste trabalho são narradas memórias de 10 (dez) personagens que frequentaram a Praia nas décadas de 1970 e 1980, além de especialistas em raça e meio ambiente. O livro se aproxima dessas vivências a partir de entrevistas, do fotojornalismo e da fotografia documental, trazendo em cada capítulo a história individual e/ou coletiva desses personagens. O objetivo desse trabalho foi visibilizar e resgatar, culturalmente, essas histórias, evidenciando as relações entre degradação ambiental e injustiça social. Para isso, metodologicamente foram realizadas as pesquisas bibliográfica e ativista, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas, em profundidade.

Palavras-chave: Praia dos Artistas; Racismo Ambiental; Boca do Rio; Livro- reportagem.

ABSTRACT

This memorial aims to expose the path of elaboration and the results of the book *Aratubaia: memories and submerged racisms*, presented as a term paper (TCC) of Journalism in Multimedia by the University of the state of Bahia (Uneb). This is an experimental product, presented in the form of a book-report, which showed the impacts of environmental racism on the socio-cultural panorama of Praia dos Artistas, located in Boca do Rio, in Salvador, a neighborhood abandoned by public managers, where the majority of the population is black and salaried. However, with an ancestral history. This work narrates the memories of 10 (ten) characters who frequented the beach in the 1970s and 1980s, as well as experts in race and the environment. The book approaches these experiences from interviews, photojournalism and documentary photography, bringing in each chapter the individual and/or collective history of these characters. The objective of this work was to make visible and rescue, culturally, these stories, highlighting the relationships between environmental degradation and social injustice. For this, methodologically, bibliographic and activist Research, case study and semi-structured, in-depth interviews were carried out.

Keywords: Artists ' beach; Environmental racism; Boca do Rio; Book - reportage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. BASES TEÓRICAS DO LIVRO-REPORTAGEM.....	12
2.1 SOCIEDADE MODERNA-ESCRAVOCRATA-COLONIAL... ..	12
2.1.1 Geo-historicidade e questões étnico-raciais em Milton Santos... ..	17
2.1.2 Territorialidade na lógica da necropolítica.....	19
2.1.3 Racismo ambiental.....	22
2.2 A BOCA DO RIO... ..	26
2.2.1 A ocupação do território... ..	27
2.2.2 Quilombo político-cultural... ..	29
2.2.3 Introdução à história da Praia dos Artistas... ..	32
2.2.4 Os frequentadores da Praia... ..	33
2.2.5 Reduto dos movimentos sociais.....	34
2.2.6 Racismo ambiental na Praia dos Artistas.....	36
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	43
3.1 Livro-reportagem... ..	49
4. A CONSTRUÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM.....	52
4.1 A COMPOSIÇÃO ESTÉTICA DO LIVRO-REPORTAGEM.....	54
4.1.1 A composição.....	54
4.1.2 O título... ..	55
4.1.3 As imagens.....	55
4.1.4 As divisões do livro-reportagem Aratubaia... ..	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

*O sujeito se constitui em sua identidade
quando pertence e sabe, com clareza,
os delineamentos originários de sua tradição.*
José Eduardo Ferreira Santos

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi elaborado com o objetivo de visibilizar a história cultural da Praia dos Artistas, entre os anos 1970 e 1980, na Boca do Rio, em Salvador/BA, local rico em ancestralidade africana, onde a maioria dos/as moradores/as, pessoas negras, vivem em permanentes processos de exclusão social e de invisibilidade, potencializado pelo racismo. Além do resgate dessas histórias, o trabalho discute e denuncia um caso de racismo ambiental, identificado como uma das causas de degradação ambiental desta praia.

As razões que motivaram essa pesquisa surgiram a partir da proximidade que tenho com a Boca do Rio e suas histórias, bem como pela vontade de contar e conhecer um pouco mais sobre as minhas origens, sobre as energias que me deram forma, que me trazem inspiração e que me movem. Foi também sobre sentir a conexão com a minha ancestralidade, pois o meu território está em cada parte do corpo que me pertence, bem como na história dos/as que vieram antes de mim e escolheram me criar neste lugar potente.

Essa pesquisa me trouxe a oportunidade de existir de outra forma, a partir da visão desse espaço sob outra perspectiva, com outros olhos. Logo, escrever este livro-reportagem também é reconhecer a importância histórica do meu lugar. E, sendo ele, parte da construção da minha identidade, representa um resgate ancestral. Pensar e escrever *Aratubaia: memórias e racismos submersos*¹ foi sobre olhar para mim, para a minha história, para o meu lugar e sobre a afirmação das minhas identidades. Afinal, segundo Neusa Santos Souza, em *Tornar-se Negro* (1983), o conhecimento real traz autonomia e, isso, faz parte do nosso processo de libertação.

Deste modo, a decisão de contar essa história foi sobre entender as potencialidades do bairro que nasci, em março de 1999, e, sobretudo, porque as histórias do nosso lugar - principalmente para quem é das comunidades, dos subúrbios, das favelas e das periferias - não são contadas. Meu ativismo negro e militância política, que já se manifestavam através da

¹ SANTANA, Victoria. [Aratubaia: memórias e racismos submersos](#). Prefácio de Samuel Vida. Livro (online), 2023.

atuação junto à Unegro², ao Coletivo Enxame³ e ao Coletivo Luiz Gama⁴, se expressando, também, na minha atuação como pesquisadora bolsista em Iniciação Científica⁵ pela Uneb, também justificam a escolha desta temática.

Os estudos em racismo ambiental na Universidade, durante a disciplina Cultura Afro-brasileira e Indígena, ministrada pela Profa. Dra. Céres Santos, foi o que me levou a identificar este conflito e mergulhar nessa luta, refletindo ainda mais sobre a importância de re-contarmos e contextualizarmos nossas histórias, para que possamos construir uma nova consciência.

As pautas raciais foram isoladas da questão de injustiça ambiental durante muito tempo, embora esta problemática atinja a sociedade brasileira de forma desproporcional. Em 2016, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) verificou que 51,9% da população brasileira não têm acesso ao saneamento básico. Deste percentual, 51,6% são de baixa renda e, majoritariamente composto pela população negra (Baobá, 2021). Esses dados exemplificam que a ausência de políticas públicas de habitação e planejamento urbano levam grupos específicos a viverem e/ou sobreviverem com os piores resultados de um ambiente degradado (Filho, 2021).

Tania Pacheco (2017) explica que os debates sobre justiça ambiental, considerando as desigualdades raciais, resultaram no surgimento, em 1982, do termo “racismo ambiental”, a partir de pesquisas do militante dos direitos civis da população negra nos Estados Unidos Benjamin Franklin Chavis Jr. De acordo com Selene Herculano (2016, p. 11) o conceito se refere a um “conjunto de ideias e práticas da sociedade e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana” que, por sua vez, deixam minorias étnicas periféricas em situação de vulnerabilidade.

No bairro Boca do Rio, em Salvador, 85%⁶ dos domicílios contam com esgotamento sanitário. Todavia, esses dados não levam em conta os milhares de moradores que residem em locais informais, como encostas e favelas, onde a urbanização não chega. Em 2009, a

² Refere-se à União de Negros pela Igualdade, fundada em 14 de julho de 1988 em Salvador - Ba, num rompimento da noção de que o racismo era um fenômeno isolado de separação entre brancos e negros na sociedade brasileira. A Unegro está organizada em 25 estados da Federação mais o Distrito Federal, entre os quais AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC SE, SP e TO.

³ Coletivo social e político fundado em Juazeiro - BA.

⁴ Refere-se ao Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - Cajup Luiz Gama, formado por estudantes de direito, jornalismo e pedagogia da Uneb em Juazeiro-Ba.

⁵ Referência ao Projeto de Pesquisa Científica “A Cobertura Racial nos Veículos de Comunicação de Juazeiro e Petrolina”, orientado pelas professoras Dras. Céres Santos e Márcia Guena em 2019, tendo produzido o artigo “Blogs de Petrolina/PE e Juazeiro/BA e o tratamento de pautas raciais”, publicado na Revista ComSertões em 19 de agosto de 2021.

⁶ Dado do Superintendente da Embasa em Salvador, Waldmir Conceição, em entrevista para o livro-reportagem *Aratubaia: memórias e racismos submersos* em 19 de junho de 2023.

polêmica sobre a implantação de um emissário submarino na Praia dos Artistas, famosa, e localizada na Boca do Rio dos anos 70 e 80, levantou a preocupação de moradores/as, ativistas raciais e ambientalistas, que se mobilizaram contra o Projeto, que não teve, na época, a repercussão que deveria.

É através de algumas histórias e relatos inseridos no livro-reportagem *Aratubaia: memórias e racismos submersos*, que proponho-me a responder ao seguinte questionamento: Como evidenciar os impactos do racismo ambiental no panorama cultural da Praia dos Artistas, a partir de uma perspectiva histórico-social, e o que os antigos frequentadores da Praia e moradores/as da região contam sobre os fatos?

Investigar os efeitos do racismo ambiental na Praia dos Artistas, através da produção literária, se configura como uma prática inovadora pela ausência de produções que tragam, exclusivamente, essa parte da história. O que existe é um parco repertório, encontrado em pequenos recortes e fotografias de jornais de longas datas; peças produzidas em blogs; artigos ou descrições em reportagens jornalísticas; e trechos em livros sobre a Praia, mas nunca associadas ao debate do racismo ambiental.

No campo acadêmico brasileiro, a discussão sobre racismo ambiental emergiu tardiamente, existindo ainda pouco debate e pesquisas acerca deste tema. E, quando não há categorias científicas em torno de algo, este algo não existe para a ciência. Logo, não existindo para a ciência, não é possível ter políticas públicas específicas para combater preconceitos e iniquidades.

Esses fatos tornam este trabalho relevante por reunir esses elementos em um só produto, o que facilitará o aprendizado de pessoas que também queiram se dedicar ao tema. Seus resultados também poderão ser utilizados na perspectiva de fortalecer as discussões sobre as problemáticas raciais em Salvador, apresentando informações relevantes sobre o tema. Além disso, o uso de recursos visuais pretende tornar o conteúdo mais elucidativo, permitindo ainda que as informações sejam armazenadas de maneira simples e eficaz na memória a longo prazo.

Verifica-se que o trabalho é a concretização de práticas jornalísticas, isto é, a busca por informações, fontes, fatos e provas adquiridas a partir da observação da sociedade, que denuncia e chama a atenção das autoridades locais para os problemas sociais em destaque. Sendo assim, o produto possibilita a visualização dos sujeitos sociais que são vítimas de racismo ambiental e corrobora com a promoção do princípio de justiça ambiental, por meio da atuação de instituições públicas e do direito, imprescindíveis para o avanço e consciência da sociedade no processo da luta pelo fim das desigualdades.

Importa destacar que existe uma lacuna acerca da visibilidade da história da Boca do

Rio e, portanto, a pesquisa e o produto são pioneiros nesse quesito, fazendo com que outras pessoas se interessem pelo trabalho e queiram realizar outros estudos a partir deste. O livro-reportagem busca propiciar um momento de conhecimento e reflexão aos/às leitores/as, de modo que passem a ter uma consciência crítica sobre a sociedade contemporânea e possam refletir sobre a importância da luta conjunta nas causas raciais e socioambientais.

Este memorial analítico-descrito se divide em três partes. A primeira reúne uma pesquisa bibliográfica que discute raça, territorialidade, racismo ambiental, a história da Boca do Rio e da Praia dos Artistas, bem como suas relações com a cultura e os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. A segunda apresenta a metodologia e as práticas jornalísticas utilizadas, a exemplo da escolha do livro-reportagem como suporte técnico.

A terceira aborda a construção do livro-reportagem, as entrevistas (Fausto, Barbinha, Alina, Aloísio Sky, Sue Ribeiro, Raymmundo Sodré, Jane Melodia, Cardan Dantas, Nádir Nóbrega, J. Cunha, Waldmir Conceição, Eduardo Topázio e Samuel Vida) e as escolhas estéticas do livro-reportagem, discutindo brevemente sobre seus capítulos. Por último, trago as Considerações Finais.

2. BASES TEÓRICAS DO LIVRO-REPORTAGEM

2.1 SOCIEDADE MODERNA-ESCRAVOCRATA-COLONIAL

*Saber de si é ver potência em quem se é.
Seja na nossa versão do passado, presente ou futuro.
Sem o movimento de apossar de si, seguiremos num ciclo
onde violentamos e somos violentados.
Pra Preto Ler*

O Brasil que conhecemos nasce do mito da democracia racial, um projeto colonial de “submissão sistemática e institucional ao racismo” após 300 anos de escravidão de povos africanos, que favoreceu hierarquias raciais e práticas segregacionistas (Vida, 2022). Nesse exercício de insurgência político-social, este capítulo lança a luz à reflexão sobre a população negra no Brasil de hoje, a partir das seguintes indagações: Há uma igualdade entre negros/as e brancos/as no país? Existe preconceito e discriminação racial na sociedade moderna?

Para começar é preciso pôr em xeque alguns dos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na autodeclaração de cor/raça da população brasileira. De acordo com o IBGE/2022, 42,8% dos/as brasileiros/as se declararam como brancos/as, enquanto 55,9% como negros/as (pretos/as e pardos/as). Os/as brancos/as, além de serem os/as menos/as afetados/as pelo desemprego, ganham 75,7% a mais que a população preta. O valor também é 70,8% maior que a renda média dos/as trabalhadores/as pardos/as no Brasil (Agência Nacional, 2022).

A população negra continua com menor acesso a emprego, educação e segurança, segundo estudo de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil divulgado pelo IBGE/2022. Pretos/as e pardos/as também enfrentam maior insegurança de posse da moradia e os domicílios dessas populações são os que têm menos acesso a saneamento básico (Agência IBGE Notícias, 2022). Esses dados exibem o abismo racial brasileiro, ou seja, expressam que a cor é um fator relevante e determinante na diferenciação social.

De acordo com Munanga e Gomes (2006, p.172) “trata-se de uma desigualdade construída ao longo do processo histórico, político e social do país”. Essa desigualdade é fruto de uma estrutura racista, que privilegia um grupo na sociedade moderna-escravocrata-colonial, evidenciando que há um grande problema nas relações entre brancos/as e negros/as no Brasil. Essa relação de dominação de raça se expressa em campos políticos, culturais e econômicos, que segundo Bento (2022, p.15) “assegura privilégios para

um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até de morte, para o outro”.

Esse fenômeno que se perpetua na sociedade a partir de um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais é chamado de branquitude.

O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo o que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos (Bento, 2022, p.24).

Tais acordos se consolidaram a partir de uma ideia de mérito, para auxiliar as novas gerações a silenciar sua herança escravocrata, a avançar para novos pactos e como justificativa para a manutenção das desigualdades. Deste modo a branquitude pode manter e transmitir seus lugares de privilégio para as novas gerações (Bento, 2022).

De acordo com Almeida (2021), o termo raça sempre esteve ligado ao estabelecimento de classificações. Nas ciências da natureza o conceito é definido como “classes de animais que têm origem em um tronco comum” (Gomes e Munanga, 2006, p.175). Esse conceito esteve ligado à dominação político-cultural de alguns povos em detrimento de outros, tendo sido apropriado pelo regime nazista⁷ durante a II Guerra Mundial (1939-1945), a fim de justificar a supremacia branca e ariana⁸ sobre judeus/judias, negros/as, homossexuais e outros grupos (Gomes e Munanga, 2006).

O Movimento Negro Unificado (MNU), negando qualquer ideia de que existam raças superiores e inferiores, usa o termo com um sentido social e político, para reconhecer a diferença entre “grupos humanos”, a exemplo de suas identidades e origens ancestrais, “sem atribuir qualidades positivas ou negativas” a qualquer um destes (Gomes e Munanga, 2003, p.175). Ou seja, o conceito corresponde à história das populações brasileiras e de sua relação com o racismo e a discriminação racial.

Almeida (2003, p.25) explica que este conceito, tratado sob perspectivas históricas, a

⁷ O regime nazista surgiu no começo do século XX, na Alemanha. Foi uma forma de fascismo, regime totalitário, que despreza a democracia e o sistema parlamentar. Incorporou o racismo científico, o antissemitismo, o anticomunismo e o uso de eugenia. Liderado por Adolf Hitler, cometeu inúmeros crimes contra a humanidade, como o Holocausto (Enciclopédia do Holocausto).

⁸ Segundo o ideário nazista, a raça ariana seria uma das três grandes raças humanas, e este termo serviria para designar a raça branca ou caucasóide (Enciclopédia do Holocausto).

partir de meados do século XVI, não é estático, está ligado “às circunstâncias históricas em que é utilizado”. Neste caso, a raça determina conflitos, poder e decisão. E completa:

A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano se relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política e religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.

Entretanto, muitos/as estudiosos/as optam pela utilização da palavra “etnia” para designar os segmentos e diversidade das populações, pois a este não é atribuído o sentido biológico conferido pelas ciências naturais, que remete a divisão de grupos superiores e inferiores. O termo surge com a intenção de “ênfatar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais mas, sim, por processos históricos e culturais” (Gomes e Munanga, 2003, p.177).

Nesse contexto, etnia aparece como o conceito que orienta as identidades e o pertencimento ancestral (étnico-racial) de cada grupo, considerando, para além de particularidades como formatos de corpo e tipos de cabelo, suas construções históricas, sociais, políticas e culturais. A fusão entre os dois termos resultou na expressão “étnico-racial”, partindo da compreensão de que raça e etnia são conceitos construídos e imersos em contextos históricos distintos (Gomes e Munanga, 2003, p.178).

A partir da organização de revoluções, como a americana, a inglesa e a francesa, o mundo passou por um processo de reorganização, que transitou de um sistema feudal para o capitalista, visando “levar a civilização para onde ela não existia”. Esse projeto de civilização “em nome da razão”, que resultou no extermínio de etnias não-brancas, sobretudo negros/as e indígenas, é denominado colonialismo (Almeida, 2021, p.26-27).

No Brasil de 1500, embora essas terras pertencessem e fossem ocupadas por seus povos originários, navegadores portugueses iniciaram uma dominação política e territorial, anunciando o “descobrimento” do país, tomando posse desses domínios e usurpando grandes riquezas em termos de matéria-prima que aqui encontraram. Para eles, os reais donos dessa terra tão extensa, a quem denominavam “índios”, eram povos atrasados, inferiores, imorais e de pouca inteligência, colocando em xeque até mesmo a natureza humana desses sujeitos. (Gomes e Munanga, 2003).

Através de um discurso cristão, ortodoxo e de boas intenções, os colonizadores

submeteram os povos indígenas a um extenuante processo de aculturação, em prol da Missão Civilizadora. A necessidade de mão-de-obra para a exploração dessas terras fez com que os colonizadores recorressem à escravidão. A resistência dos povos originários à exploração econômica levou ao seu massivo extermínio e abriu-se caminho ao tráfico negreiro (Gomes e Munanga, 2003).

Nesse ínterim, milhões de africanos/as foram sequestrados/as de suas terras de origem e aqui despojados/as para fornecer a força de trabalho necessária ao desenvolvimento da colônia portuguesa. Este processo resultou numa sociedade dividida e desigual, com reflexos nos dias atuais. Explicam Gomes e Munanga (2003, p.16):

Foi este regime escravista que fez do Brasil uma espécie de sociedade dividida e organizada em duas partes desiguais (como uma sociedade de castas): uma parte formada por homens livres que, por coincidência histórica, é branca, e a outra formada por homens e mulheres escravizados, que, também por coincidência histórica, é negra.

É nesse contexto que os conceitos de raça e/ou etnia vão emergir como fator relevante para o ciclo de extermínio na sociedade contemporânea, nascida da colonialidade, que, segundo Quijano (2010) é fruto do poder capitalista eurocêntrico e da segregação étnico-racial das populações a partir da América. Essa colonialidade parte do princípio de que a população humana diferencia-se, sendo “inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (Quijano, 2010, p.70).

A colonialidade está ligada a um poder de natureza racista, onde as características fenotípicas (cor da pele, textura do cabelo, forma e cor dos olhos e outros traços) elaboram relações de exploração, dominação e conflito, constituidoras do poder. A partir desse conceito, decolonial seria a luta pela destruição desses padrões historicamente produzidos e com determinações estruturais de classe e raça (Quijano, 2010).

A decolonialidade trata-se, portanto, de uma revolta e/ou resistência a essa perspectiva e modo eurocentrista, isto é, corresponde a uma ideia de existência social não-eurocêntrica. Para o autor esses padrões, assim como configuram uma autonomia no campo das relações de poder, também podem alcançar a moção de mudança histórico-social (Quijano, 2010).

Quijano (2016, p.105) afirma que na sociedade moderna-colonial urge a “necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder”, pois só esse caminho concederá aos povos étnico-raciais o “controle das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade”, isto é, suas existências em uma

sociedade decolonial (Quijano, 2016, p.106)

O racismo possui dimensões específicas, produtoras de diferentes impactos na sociedade. Entre esses estão o racismo institucional e o estrutural, que “descrevem diferentes fenômenos sociológicos” (Almeida, 2021, p.35-36). Para compreender o racismo institucional vale-se a noção de instituição. Almeida (2021) explica que embora algumas sociedades sejam similares em relação às suas formações políticas e econômicas, cada uma se manifesta de maneira particular. Ou seja, todos os Estados, a exemplo do francês, brasileiro ou americano, não podem ser considerados iguais, pois cada um foi marcado por conflitos e marcos históricos. Assim, a forma como cada Estado se manifesta socialmente é materializada em suas instituições.

O conceito de racismo institucional entende que nem todos os tipos de racismo se expressam de forma individual, mas podem ainda ser “o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (Almeida, 2021, p.37-38). Essas condições, reproduzidas pelas instituições, acontecem propositadamente, objetivando a manutenção da ordem social. Neste caso, se as instituições reproduzem ações para estabelecerem padrões racistas, isso quer dizer que elas possuem “sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente” (Almeida, 2021, p.47).

Essas estruturas, as quais o filósofo se refere, foram formadas a partir de conflitos de classe, raça, gênero e outros. Logo, o racismo é estrutural e as instituições, assim como as ações individuais, são fruto de uma sociedade onde impera o racismo, fazendo com que grupos sejam sistematicamente discriminados e exterminados (Almeida, 2021). Esse racismo se expressa politicamente, socialmente, economicamente e juridicamente, fazendo da sociedade uma “máquina produtora de desigualdade racial” (Almeida, 2021, p.51).

Vida (2023) explica que desde o período escravista o Brasil reproduz diversas formas de discriminação racial, a exemplo de práticas segregacionistas e hierarquias raciais. A democracia racial, como o próprio nome sugere, corresponde à participação igualitária dos sujeitos perante os direitos políticos assegurados pela Constituição. Entretanto, as instituições sociais mostram que o racismo existe e até mesmo a forma como ele se manifesta (Gomes e Munanga, 2003). É nesse contexto de desigualdades e “suposta inferioridade racial” que se funda o chamado “mito da democracia racial”.

Ainda sobre isso, Gomes e Munanga (2003), entendem que o termo “mito” indica que, embora o país revele a existência de um sistema social racista, o povo brasileiro nega esta realidade, pois ninguém gosta de se assumir preconceituoso. Essa é uma postura criada pela

branquitude, para a reprodução de espectros ideológicos e desiguais na sociedade. Esses atos violentos e estruturais, imersos na colonialidade do poder e baseados, também, nas desigualdades entre as classes, fazem reverberar o conceito de necropolítica do filósofo camaronês Mbembe (2016). Para ele, a colonialidade do poder reproduz práticas eurocêntricas que exercem o direito de matar e/ou deixar morrer determinados grupos sociais.

Essas considerações que configuram a necropolítica como a soberania do Estado para determinar quem vive ou não, através da “industrialização da morte”, podem ser observadas a partir das políticas brasileiras de genocídio (Oliveira, 2018). Ou seja, o exercício da necropolítica pode ser analisado a partir de projetos políticos coloniais que sujeitam grupos étnico-raciais à exposição de gravames ambientais, como a ausência de acessos a terra, a água, a espaços ecologicamente equilibrados e, ainda, a não participação desses grupos afetados nas decisões das comunidades políticas (Souza, 2015).

A violação desses direitos ambientais em comunidades afro-americanas “têm servido como caminho para outros direitos, tais como à saúde e à cidadania” (Souza, 2015, p.24). Essas práticas racistas que expõem sujeitos com base em raça em condições ambientais desfavoráveis, foi conceituada Racismo Ambiental, na década de 1980.

2.1.1 Geo-historicidade e questões étnico-raciais em Milton Santos

Os processos de urbanização no sistema capitalista e racista sempre resultaram em processos de segmentação de territórios, que relacionam-se diretamente à situação social a que se encontra cada grupo na sociedade. Por meio desses processos podemos compreender a divisão do território de Salvador⁹, cidade de expressiva herança colonial urbana, que reproduz a lógica da branquitude, resultando na segregação espacial, especialmente entre ricos e pobres, brancos/as e pretos/as (Soares, 2006).

Nos anos de 1970, além do crescimento demográfico a cidade sofreu uma série de transformações sociais, administrativas e econômicas, a exemplo: do deslocamento do centro econômico tradicional, que se situava nos Bairros do Comércio, que vai gradativamente perdendo sua função polarizadora com a instalação do Shopping Iguatemi (1975), assim como de novos sub-centros comerciais modernos em outras áreas da cidade; o Centro Administrativo da Bahia (CAB), que se localizava no Centro Histórico é transferido para um moderno conjunto de prédios, localizado na Avenida Paralela – área norte da cidade; a região industrial antes localizada no interior do perímetro urbano, mas especificamente nas imediações do Bairro da Calçada e no Subúrbio Ferroviário – Península de Itapagipe – é transferida para os municípios de Camaçari, compondo o Complexo Petroquímico de Camaçari

⁹ Salvador é atualmente a 3ª cidade em número de habitantes do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, com 2.631.831 habitantes (IBGE, 2004).

(COPEC) e para o Centro Industrial de Aratu (CIA), em uma perspectiva que estabelece uma maior articulação de Salvador com sua região metropolitana (Soares, 2006, p.19-20).

A reconfiguração espacial urbana de Salvador resultou no crescimento acelerado e desordenado da cidade, fazendo surgir novos bairros residenciais de classe média, conhecidos como “territórios abastados”, a exemplo do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba, Itagira, Caminho das Árvores etc; e de classe baixa, os “territórios populares”, a exemplo da Boca do Rio, Cajazeiras e Adjacências, Boca da Mata, Mussurunga (I,II,III) Parque São Cristóvão, Subúrbio Ferroviário e seus 22 bairros, Pau da Lima, Liberdade, e outros (Soares, 2006).

Os primeiros eram denominados por “ilhas de riquezas” ou considerados como parte “legal” da cidade, sendo o grupo que se organizava em condomínios fechados e detinham equipamentos urbanos e a atenção dos órgãos públicos. Sua população foi inicialmente composta por profissionais que recebiam demandas para realizar a urbanização da cidade e vinham de outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo (Soares, 2006).

Em contraposição, os “territórios populares” eram povoados por operários/as, desempregados/as e pessoas de baixa ou nenhuma renda, em sua maioria negros/as, muitas vezes expulsa de algumas áreas de Salvador, para abrir espaço no processo de formação urbana da capital. Sem amparo estatal, a população pertencente aos “territórios populares” aglomerava-se em áreas favelizadas, chamadas “ilegais”, encontrando-se em situação de desigualdade social e empobrecimento urbano. Este processo marcou a segregação por condição socioeconômica em Salvador na década de 1970 (Soares, 2006).

Sendo a Boca do Rio um remanescente quilombola, formado por 80,05%¹⁰ de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, vale-se analisar a formação do espaço geográfico local e o conjunto de trajetórias e metamorfoses da população negra em consonância às teorias propostas por Milton Santos.

Suas contribuições possibilitam uma visão ampliada sobre o significado de ser e existir enquanto negro/a na capital baiana, analisando a cidadania como peça de transformação da realidade que envolve este povo. Em *O Preconceito* (1997, p. 35), Santos afirma que o preconceito no Brasil relaciona-se à formação socioeconômica brasileira.

Ele ainda destaca que, para analisarmos a formação socioespacial no contexto das questões étnico-raciais negras, este espaço deve ser analisado do particular - lugar onde reside o sujeito - à sua totalidade - lugar onde residiam os antecessores do sujeito. Para ele:

¹⁰ Levantamento da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - FAUFBA (s.d.), para o Observatório de Bairros de Salvador - Observa SSA.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano de como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (Santos, 2014, p.22).

Nesse sentido, pode-se constatar que o processo histórico de formação socioespacial de Salvador e, particularmente, do bairro Boca do Rio, nos ajuda a interpretar e traduzir a realidade das populações negras no contexto das ações humanas de des-construção do espaço geográfico. Para tanto, é preciso compreender este processo de transformações relacionando espaço, sociedade e suas interações, pois de acordo com Santos (1997, p. 135): “Tudo tem que ser visto através de como o país se formou, de como o país é, e, de como o país pode vir a ser”.

Santos (1997, p.135) entende que “o modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão” e que esse regime “marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país”. No momento em que temos a consciência de que o Brasil formou-se a partir de uma base escravista e passamos a entender seus efeitos sobre os/as afrodescendentes ex-escravizados/as, podemos discutir o objeto de estudo desta pesquisa num campo específico.

Em *País distorcido* (2002, p. 159) ele atesta que é “frequente privilegiar a aparência como condição primária de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro”. O pesquisador encara esses problemas sob a perspectiva da individualidade, conceito que ele define como a luta cotidiana que esses sujeitos enfrentam individualmente, de forma injusta e desigual; resultante de um reflexo de “heranças e aquisições culturais” (Santos, 2002, p.159).

Para Santos (1997, p.137) “o discurso social no Brasil privilegia uma parcela da sociedade que tem problemas e desconsidera uma massa da população que tem problemas maiores”; lançando, assim, luz à reflexão sobre a relação da geo-historicidade no espaço social, econômico, político e ambiental em que a maioria dos/as negros/as estão submetidos/as, ampliando o seu grau de dificuldades na luta por melhores condições de vida.

2.1.2 Territorialidade na lógica da necropolítica

Relevante entender que a política de exclusão do povo preto decorre muito antes da ausência de reformas e/ou políticas de reintegração social posteriores à sanção da Lei Áurea¹¹, em 1888. Segundo Ribeiro (2018), o racismo é um elemento estruturante da sociedade brasileira. “Foram mais de trezentos anos de escravidão e medidas institucionais para impedir a mobilidade social da população negra” (Ribeiro, 2018, p.69).

Algumas medidas institucionais, a exemplo da assinatura da Lei de Terras¹², em 1850, prevendo a abolição, incentivou que territórios brasileiros fossem ocupados por colonos descendentes de europeus, negando aos/às negros/as a posse de terras, fundamentais para a inclusão desses sujeitos na sociedade. Esse tipo de política de ação do racismo colonial produz efeitos na sociedade contemporânea (Moura, 1994).

No Brasil, existe um grupo específico de pessoas, que é restrito, que não recebe e não têm acesso ao básico: a comunidade negra. Para Almeida (2018) essa forma sistemática de discriminação, fundamentada pela raça, resulta em privilégios para determinados indivíduos e desvantagens para outros, sejam através de práticas conscientes ou inconscientes.

Segundo Kilomba (2019) os valores hierárquicos construídos pelo racismo, resultaram na segregação e diferenciação de grupos, onde um detém o poder e dita normas, a norma branca. Ou seja, o racismo baseia-se em um “processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (Almeida, 2018, p. 24).

Almeida (2018) afirma que um dos efeitos que o racismo produz na sociedade é a segregação racial ou divisão espacial das raças, que aloca a comunidade preta em lugares específicos e marginalizados da sociedade, como os guetos, as favelas e periferias. Munanga e Gomes (2006, p. 180) inclinam-se no mesmo pensamento ao afirmarem que o racismo se manifesta “sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos”.

Este processo ocorre de forma institucional e estrutural. Isto é, as instituições reproduzem estas condições em prol da manutenção de uma ordem ou padrão social que estão nas estruturas da sociedade e que privilegiam a branquitude. Se uma sociedade é racista, também as suas políticas, a sua mídia, a sua polícia, as suas universidades, os seus tribunais e demais instituições também serão racistas. Logo, as Instituições expressam, apenas, aquilo

¹¹ Assinada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea decretou o fim da escravidão no Brasil. Nessa época, o Império estava sob pressão dos movimentos abolicionistas da Inglaterra, ao passo que o trabalho assalariado já existia e o sistema escravocrata já estava em decadência economicamente (Geledés, 2014).

¹² Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras nº 601, iniciativa que organizou a propriedade privada no Brasil, por meio da divisão da zona rural em latifúndios, e não em pequenas propriedades (Senado, 2020)

que já está na nossa estrutura social, isto é, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”, (Almeida, 2018, p.31).

Esse sistema opressor cria hierarquias sob a lógica da branquitude e, de acordo com Kilomba (2019), precisamos entender essa lógica como uma identidade política que detém o privilégio de estar no centro e é detentora do poder. É a população preta, majoritariamente, que está submetida ao desemprego, à má remuneração, má alimentação, baixa escolaridade, moradias precárias e injustiça ambiental. “É justamente esse privilégio de não ser marcado, mas de marcar os outros, que caracteriza o racismo”, (Kilomba, 2019, p.72).

Nesse caso, o Estado, responsável por pagar pela infraestrutura dos bairros onde mora a maioria branca, responsabiliza-se também pela fragmentação da população segundo o critério de raça, e determinação sobre qual grupo merece viver com condições dignas na sociedade através de assistência estatal, reproduzindo a lógica colonial. Este exercício de soberania do Estado, que implica no controle das vidas biológicas, foi conceituado por Foucault (1976) como Biopolítica.

Em 2003, o filósofo camaronês Achille Mbembe criou um termo para tratar do Estado como um aparelho de controle político que determina na sociedade quais corpos devem permanecer vivos e quais devem morrer. Para ele, a Instituição ainda teria o poder de fazer viver e deixar morrer, a partir de ações e omissões neocolonizadas, baseadas nas relações de classe e gênero, mas sobretudo de raça. Este termo, que associa o controle das populações através de uma política de morte, foi definido como *necropolítica*, aprofundando as ideias de biopoder (1976) de Foucault¹³ (Mbembe, 2016).

As mudanças socioeconômicas ocorridas a partir do século XIX impõem uma mudança significativa na concepção de soberania, que deixa de ser o poder de tirar a vida para ser o poder de controlá-la, de mantê-la e prolongá-la. A soberania torna-se o poder de suspensão da morte, de fazer viver e deixar morrer. A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer (Almeida 2021, p.114).

Para Mbembe (2016), a concepção de Biopoder, embora robusta, ainda seria insuficiente para compreender as relações de inimizade e perseguição contra grupos étnicos na contemporaneidade. Deste modo, a necropolítica surge para conceituar a capacidade de legitimar a morte destes grupos pelo Estado, instituição detentora do necropoder, isto é, o

¹³ Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos, através de suas discussões acerca da relação entre o poder e o conhecimento, e como elas são usadas com o objetivo de controle social através das instituições (eBIOGRAFIA, 2019).

poder de instrumentalização da morte, fruto de princípios colonizadores, que gerencia grupos e populações (Mbembe, 2016). Segundo Oliveira (2018), o necropoder configura uma variante institucional do capitalismo flexível:

A manutenção de aparelhos repressivos sofisticados e equipados não ocorre à toa, assim como as constantes ameaças de rupturas do ordenamento social. A sociabilidade pela violência é resultante desse ordenamento social da colonialidade do poder. Dessa forma, há uma articulação indivisível entre agendas de equidade racial e social, democratização, justiça social e autodeterminação nacional – que se colocam dentro da perspectiva da descolonialidade do poder (Oliveira, 2018, p.56).

Na perspectiva da decolonialidade do poder é possível compreender que a história da formação do Brasil, enquanto país, é necropolítica. Afinal, ela é marcada pelo extermínio de populações nativas que aqui residiam antes da chegada do colonizador e, posteriormente, com a escravidão, que resultou na morte de africanos/as sequestrados/as de diversas regiões e consideradas inimigas à nação que detinha o poder. As consequências desse necropoder reverberam no presente. Sobretudo, nos descendentes dessas populações (negros/as, indígenas e quilombolas), ‘inimigas’ de um sistema colonial, racista e neoliberal (Mbembe, 2016).

Estes fatos representam mais que violação de direitos, mas também uma política de morte que faz rodar as engrenagens do capitalismo para a manutenção deste sistema em prol da branquitude e seus descendentes. Se analisarmos a carência de amparo estatal e os dados que apontam quais corpos e territórios são atravessados por este descompromisso social, o que se percebe é uma perseguição do que é considerado perigoso ou ameaçador para quem detém o poder, fazendo com que as populações marginalizadas sejam as principais vítimas desse sistema persecutório (Mbembe, 2016).

Esta realidade pode ser observada nas favelas, nas comunidades, nas periferias e nos bairros populares de Salvador, que têm desdobramentos alarmantes. Esse racismo, intrínseco ao Estado e penetrado na sociedade, consiste num aparelho de eliminação e extermínio de grupos específicos, através de estratégias sociopolíticas como a expulsão e a rejeição, que fortalecem as políticas de morte segundo raça (Mbembe, 2016).

As análises de Mbembe (2016) quanto às problemáticas de regiões periféricas demonstram a persistência do genocídio racista nos dias atuais através de outros padrões. São as noções de necropolítica que nos ajudam a compreender as formas pelas quais, no mundo contemporâneo, os Estados, por vezes, se omitem de responsabilidades, assumindo políticas de morte, como a ausência de políticas públicas e de reparação, como direito à moradia legal e justiça ambiental.

2.1.3 Racismo ambiental

Diferente do que assegura a Constituição Federal, a realidade brasileira mostra que nem todos os cidadãos têm as mesmas oportunidades. No que diz respeito ao território, por exemplo, é equivocado pensar que impactos ambientais afetem e estendem-se proporcionalmente a todos os cidadãos, já que alguns grupos não possuem sequer amparo estatal e garantia de seus direitos. Basta perceber qual a cor da pele e onde estão localizadas as pessoas que sofrem os primeiros e piores impactos ambientais, ficando expostas a degradação de fontes e recursos naturais. No Brasil, as principais vítimas são povos tradicionais e grupos étnico-raciais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pescadores/as, ciganos/as, comunidades de terreiro e pretos/as urbanos (Ecycle, 2021).

Não é possível falar sobre injustiça ambiental fora do recorte racial, e é no seio desse debate que surge um termo que busca compreender o motivo pelo qual as comunidades étnicas são mais vitimadas por problemas ambientais que outras. Nas palavras de Souza (2015, p.24): “a prevalência de condições ambientais desfavoráveis, em comunidades negras, ensejou a progressiva consolidação de um discurso racializado que aponta como origem e consequência das desigualdades entre negros e não negros, o racismo ambiental”.

A expressão “racismo ambiental” surgiu em 1981 a partir de pesquisas do Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., militante dos direitos civis da comunidade negra nos Estados Unidos da América (EUA), em um campo de debates e de estudos sobre justiça ambiental, termo importante para compreensão do fenômeno (Pacheco, 2017). O conceito de justiça ambiental parte da existência de uma sociedade que se desenvolve racialmente desigual no que diz respeito à exposição de problemas ambientais, e busca a justiça social através da participação dos sujeitos nas decisões políticas” (Souza, 2015, p.13).

Ações contra injustiça ambiental podem ser verificadas no período que antecede os protestos contra a poluição no primeiro Dia da Terra, nos anos 70, nos EUA. Contudo, essas reivindicações foram consumadas como problemas sociais, e não ambientais (Souza, 2015, p.39). Já o termo racismo ambiental ganhou destaque em 1982 quando a população de Warren County, na Carolina do Norte, iniciou um levante contra a instalação de um aterro de resíduos tóxicos em áreas habitadas por negros/as, objeto de pesquisa e investigação de Chavis Jr. (Pacheco, 2017).

Os protestos evidenciaram que 75% dos resíduos tóxicos do Sudeste norte-americano estavam sendo despejados em bairros habitados pela população não branca e/ou pobres, e que aquele não era um caso isolado, comprovando que algumas etnias são expostas a condições

ambientais negativas e insalubres, que oferecem graves riscos à saúde (Pacheco, 2017). Contudo, apenas em 1991, na I Conferência Nacional de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor¹⁴, em Washington/EUA, que a noção de justiça ambiental foi ampliada no debate que tange as questões relacionadas à saúde, saneamento, moradia e outras políticas públicas (Herculano, 2017).

A abrangência dessa discussão levou o Governo Federal dos EUA a criar um programa de ação por meio da *Environmental Protection Agency* (EPA), agência federal norte-americana de proteção ambiental. No Brasil, o I Seminário Brasileiro Contra o Racismo Ambiental aconteceu em novembro de 2005, num encontro realizado pela Universidade Federal Fluminense - UFF/PPGSDLACTA e a FASE/Projeto Brasil Sustentável e Democrático (Herculano, 2017).

Em outubro de 2021, em relatório oficial que serviu de base para uma reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, foi declarado que “pessoas com ascendência africana continuam sujeitas ao racismo ambiental” e que este tipo de desigualdade trata-se de “uma manifestação contemporânea mensurável de racismo, discriminação racial, xenofobia, afrofobia e intolerância relacionada”. Em contraposição, o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022, sem partido), questionou o uso deste termo e não reconheceu a utilização do conceito no Brasil (Notícias Uol, 2021).

Na 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27) o debate sobre racismo ambiental chegou até o atual presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva-PT, em um evento com a sociedade civil, onde sugeriu que justiça social deve ser central em qualquer debate sobre os rumos do planeta, após receber uma carta da Coalizão Negra por Direitos, que reúne mais de 200 entidades. A carta afirmava que “não existe justiça climática sem enfrentamento ao racismo” (Folha De São Paulo, 2022).

Nesse contexto, a noção de ambiente ganha um sentido mais amplo que o adotado pelas ciências da natureza, passando a incluir recursos ambientais que compreendem o ambiente ou espaço territorial em sua totalidade. Souza (2015, p.33) explica que “trata-se de um sistema geográfico que comporta pessoas e suas atividades diárias de trabalho, moradia, recreação, devoção, deslocamentos urbanos e toda uma gama de atividades necessárias à fruição da vida que requeiram a disposição do espaço geográfico”.

Diante do exposto, confere ao termo “racismo ambiental” o processo de discriminação que pessoas negras periferizadas sofrem, ficando em situação de vulnerabilidade, e está

¹⁴ First National People of Color Environmental Leadership Summit

ligado, geralmente, a obras públicas ou do setor privado. Selene Herculano (2006) conceitua racismo ambiental como:

[...] o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento económico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (Herculano, 2006, p. 11).

A jornalista Tânia Pacheco (2007) ressalta que o racismo ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham um impacto racial.

[...] O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia (Blog Racismo Ambiental, 2007).

Para Souza (2015, p.38) a noção de racismo institucional é fundamental para a compreensão das nuances e do funcionamento do fenômeno, já que o racismo ambiental “atua em diversos campos da vida pública e privada de uma dada sociedade, a exemplo: elaboração de políticas ambientais; efetivação das normas ambientais; incluindo localização de indústrias perigosas e seus rejeitos...”. Deixar pessoas em situação de risco ambiental, a exemplo de bairros sem estrutura urbana e/ou sem condições sanitárias, bem como a instalação de projetos com impactos ambientais, são processos históricos que se configuram como racismo ambiental.

Nem toda manifestação de racismo ambiental é também uma manifestação de racismo institucional. Seguindo a divisão de autores Black Power, o racismo é individual ou institucional, logo pode haver racismo individual ambiental e racismo ambiental institucional. Um ato de racismo individual prescinde de uma instituição como estrutura, ao passo que um ato de racismo institucional requer uma estrutura para produzir efeitos concretos (Souza, 2015, p.58).

No Brasil, inúmeros conflitos podem ser identificados como casos decorrentes de injustiças ambientais e desse tipo de racismo, com denúncias iniciadas no final da década de 1980 por pesquisadoras brancas, sobretudo, no Rio de Janeiro. Na Bahia, a discussão foi trazida pelo Programa de Direito e Relações Raciais, da Universidade Federal da Bahia

(Ufba), a partir de um incômodo com a abordagem trazida, e enxergando alguns problemas do ponto de vista teórico e político. O Programa realizou o primeiro mapeamento de casos de racismo ambiental em Salvador, convencendo entidades de setores mais orgânicos da sociedade a entrarem no debate, como os povos de terreiro, quilombolas, pescadores/as e marisqueiros/as, a fim de que a discussão passasse a ganhar um outro contorno, que não meramente acadêmico (Vida, 2022¹⁵).

Segundo Selene Herculano (2016), no contexto de um país de ampla miscigenação, que convive com o mito da democracia racial, a utilização dessa expressão aponta para a necessidade de se pensar o campo jurídico brasileiro, visto que no Brasil o racismo é tipificado como crime. Neste caso, a existência de uma institucionalidade já constituída por esta Lei, auxiliaria no combate do racismo ambiental, unificando duas lutas que envolvem as questões raciais.

2.2 A BOCA DO RIO

Localizado na orla atlântica de Salvador-Ba, entre os bairros de Armação e Corsário, a Boca do Rio é um bairro popular que possui mais de 48 mil habitantes¹⁶. O bairro, marcado por um forte comércio popular e praças que reúnem moradores da comunidade, inicia no antigo Centro de Convenções e tem como limites o bairro Pituaçu, ao Leste, e o bairro Imbuí, ao Norte (Blog Boca Do Rio Cultura, 2011).

Seu nome deriva do poluído Rio das Pedras, que possui sua desembocadura, foz, na Praia de Aratubaia, localizada na região. O bairro possui uma forte presença da ancestralidade indígena e africana, tendo sido espaço de resistência preta e quilombola. Lá nasceu a pesca do Xaréu dos Ancestrais negros de Aratubaia, que contribuiu para as primeiras habitações do bairro e movimentou a economia (Blog Boca Do Rio Cultural, 2011).

O processo de colonização e o sistema capitalista dividiram Salvador geográfica e socialmente de maneira estratégica, movido pelos interesses da branquitude. Apesar de estar localizado em uma área marcada por empreendimentos famosos em todo o Brasil, Lima (2005) explica que a ocupação deste espaço urbano foi marcada por uma ampla produção da ilegalidade fundiária e urbanística. Atualmente, o local é socialmente colocado sob um estereótipo de violência e marginalização, intensificado pelos veículos de comunicação.

¹⁵ Informações concedidas para o livro-reportagem *Aratubaia: memórias e racismos submersos* em entrevista com o professor e advogado Samuel Santana Vida, em julho de 2022.

¹⁶ Dado de 2010 levantado pela Faculdade de Arquitetura da Ufba para o Observatório de Bairros de Salvador - Observa SSA.

Embora a Boca do Rio possua riquezas culturais e ancestrais, sua história, não por acaso, é ocultada pelas historiografias baiana e brasileira. Isso faz parte de um projeto de apagamento da história desses lugares e das pessoas que neles habitam, pois de acordo com a historiadora Souza (2022, p.22) “a branquitude teme o poder das comunidades periféricas pois elas são ancestrais, poderosas e espirituais”.

2.2.1 A ocupação do território

A origem do bairro está ligada à Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, à Manoel Inácio da Cunha e Meneses, ao povoamento por comunidades quilombolas e à expulsão de moradores dos bairros Pituba e Ondina. Em 1718 Salvador ou simplesmente Bahia, como era conhecida pelos mais antigos habitantes, contava com 10 freguesias urbanas e a Boca do Rio compreendia a freguesia de Nossa Senhora de Brotas, que ia do Engenho da Bandoleira até a freguesia de Itapuã (Nascimento, 1986).

Freguesia no conceito em que está caracterizado neste estudo é um espaço material limitado, divisão administrativa e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz. Tomavam parte em suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e eram sepultados. A divisão administrativa coincidia com a religiosa, que, na realidade, havia tomado a iniciativa dessa classificação primeira da cidade, adotada pelo poder governamental (Nascimento, 1986, p. 44).

Falcão (1994, apud Cid Teixeira, s.d.) explica que a área que corresponde à Avenida Octávio Mangabeira era dividida em três Sesmarias que tiveram três proprietários ao longo da história: o Conde de Castanheira D. Antônio Ataíde, primo de Tomé de Souza; os monges beneditinos e o colonizador Garcia D'Ávila. No século XIX, a posse das terras daquela região passou para as mãos de Manoel Inácio, conhecido como Visconde do Rio Vermelho e filho do governador Manoel da Cunha Menezes, enviado por Portugal. Manoel Inácio residia numa casa de dois pavimentos, situada no antigo Aeroclube, hoje o novo Centro de Convenções, e explorava a pesca de baleias e a industrialização de seu óleo (Falcão, 1994).

Em 1850, a Praia da Armação ficou conhecida como praia do *Chega Nego*, pois suas imediações eram um dos maiores pontos de desembarque clandestino para os povos africanos sequestrados em África após a sanção da Lei Eusébio de Queirós¹⁷. Os africanos escravizados eram alocados em uma senzala construída à beira da praia até serem comercializados. Este lugar era conhecido como Casa de Pedra, podendo hoje ser localizado ao lado do restaurante

¹⁷ Promulgada em 4 de setembro de 1850, a Lei proibia o tráfico de negros escravizados no Brasil Império (Memória da Administração Pública Brasileira - MAPA, Arquivo Nacional, 2016).

Yemanjá, na Avenida Otávio Mangabeira (Fundação Palmares, 2011).

As terras de Manoel Inácio foram compradas pela Companhia do Queimado, que deu origem à Embasa, e em 30 de setembro de 1905, vendidas para a Prefeitura Municipal de Salvador (Falcão, 1994). Por volta dos anos 50, em meados do século XX, o território passou a ser povoado por comunidades quilombolas que saíam do Quilombo do Cabula e seguiram até a Praia de Aratubaia, para realizar a caça de Xaréus, Bagres e Pitus no Rio das Pedras, afluente responsável pelo nome do bairro, anteriormente conhecido como Boca do Rio das Pedras (Boca Do Rio Cultural, 2011).

A partir da prática pesqueira, os/as quilombolas fixaram moradias no local, onde dedicaram-se também à fabricação de vassouras artesanais feitas de piaçava, palmeira nativa da restinga da região. Registros históricos indicam que suas primeiras habitações foram construídas nas imediações da primeira sede do Esporte Clube Bahia, localizada na área conhecida atualmente como final de linha do bairro. Até então, a Boca do Rio não possuía serviços básicos de infraestrutura, como água encanada, luz elétrica, pavimentação e saneamento básico, com esgotos que desembocavam *in natura* no mar (Rocha, 2002).

O processo de urbanização na Boca do Rio começa apenas a partir dos anos 60, com a instalação de redes de água e luz nas ruas principais e uma linha de transporte coletivo, com ponto final e saída de ônibus em frente da Embasa (Santos, 2005). Essa política de urbanização se deu a partir da valorização de algumas áreas da capital, quando o então prefeito Antônio Carlos Magalhães (ACM) ordenou a expulsão da invasão Bico de Ferro, na Pituba, e de milhares de pessoas de uma área localizada na região da Ondina.

De acordo com Falcão (1994) ACM visava a construção de uma avenida naquelas áreas, então doou as terras que haviam sido compradas da Companhia do Queimado pela Prefeitura em 1905 para os/as moradores/as expulsos das ocupações mencionadas. Essa doação estava prevista pela Lei Municipal nº 2.222, de 08 de outubro de 1969, em seu artigo primeiro. Entretanto, segundo Lima (2005) a transferência desses habitantes não asseguraram direito à moradia e a segurança jurídica de sua posse, e sim o início de um processo de segregação socioespacial da cidade.

Essa ação, longe de buscar assegurar aos habitantes da cidade ilegal o direito à moradia e segurança da posse, representava justamente a sua antítese, na medida em que visava a transferência para outros locais mais afastados e menos valorizados da cidade. Sob o ponto de vista prático, a ação teve como foco especial as favelas localizadas na Orla Marítima de Salvador, cujos moradores foram transferidos para um loteamento público implementado no bairro da Boca do Rio, sendo os terrenos antes ocupados destinados à construção de empreendimentos imobiliários, residenciais e turísticos (Lima, 2005, p. 116).

A migração aconteceu de forma forçada e violenta por policiais e a população foi

alocada para áreas menos valorizadas da cidade, entre elas, a Boca do Rio, dando início a formação de uma estrutura que mais se assemelha aos dias atuais (Falcão, 1994; Rocha, 2002).

Levas de moradores chegaram de caminhão e foram ocupando aos poucos, e como podiam, as dunas do terreno. Barracos de madeira e pau-a-pique cobertos de lona foram as primeiras habitações daquela comunidade. [...] No período de chuvas, a água invadia as casas e inundava, até hoje vítima dos alagamentos. No fim de linha do bairro, a água chega até a quase um metro de altura (FALCÃO, 1994).

Lima (2005, p.122) ainda acrescenta que “esse loteamento público foi objeto de programas de regularização fundiária durante vários anos e gestões (1986, 1990, 1991, 1992, 1996, 1997 e 2001) sem que o processo fosse concluído”. Outros fatores que contribuíram para o povoamento do bairro foram as ocupações por alguns veranistas de classe média que construíram suas casas no local, cercado por dunas e vegetação típica, e a integração da malha rodoviária da orla marítima através do Plano Rodoviário do Estado¹⁸.

A partir de sua integração à orla na década de 1970, o bairro, ainda marcado por paisagens naturais, passa a ser procurado por jornalistas, escritores/as, universitários/as e artistas. É neste período que a Boca do Rio acolhe a juventude vanguardista da cidade, assiste ao nascimento da Tropicália e a popularização da Praia dos Artistas (Rocha, 2002).

2.2.2 Quilombo político-cultural

Com o surgimento da contracultura nos anos 60, iniciou-se no Brasil uma fase marcada por manifestações políticas e multiculturais num cenário de intensa repressão e censura, dilatada pelo Golpe Militar de 1964¹⁹ (Anos 70 Bahia, 2016). A contracultura emerge como um movimento de concepções opostas aos valores e pressupostos padrões que regem a sociedade desde a Revolução Científica do século XVII, e é marcada por uma “revolução cultural” que defende mudanças estruturais e radicais na sociedade, negando a alienação e voltada para a busca do pensamento crítico (Silva, s.d., p. 5).

No mesmo período, a literatura voltada para as questões raciais também ganha destaque com a obra de Frantz Fanon intitulada *Pele negras, máscaras brancas* (1952), que teve sua primeira edição traduzida em português publicada em 1963, com grande notoriedade na década de 1970 (Edufba, s.d.). A obra é considerada um clássico do pensamento sobre a

¹⁸ Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, 1998, p.20.

¹⁹ Também conhecido como Golpe de 1964 foi uma conspiração conduzida pelas Forças Armadas do Brasil contra o então presidente João Goulart, que contou com o apoio de civis do país. O Golpe foi articulado entre 31 de março, quando se iniciou a rebelião militar, e 9 de abril, quando foi publicado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que oficializou a Ditadura Militar no Brasil (História Do Mundo).

diáspora africana e a descolonização.

Segundo Figueirêdo (2016) outros movimentos também rompem neste momento, como o movimento das mulheres e o movimento hippie. Vários fatores contribuíram para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970, tais como as mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização do país, e que colocaram em questão a hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, essas circunstâncias se somaram ao contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes (Sarti, 2004).

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota (Sarti, 2004, p.37).

Nesse ínterim, o movimento hippie se popularizou entre jovens que adotavam um estilo de vida comunitário e/ou nômade, contrários ao nacionalismo e a Guerra do Vietnã.

Podemos citar como características principais deste movimento, nas décadas de 1960 e 1970: valorização da natureza (ecologia); vida comunitária; luta pela paz (contra as guerras, conflitos e qualquer tipo de repressão); vegetarianismo; respeito às minorias raciais e culturais; experiência com drogas psicodélicas; liberdade nos relacionamentos sexuais e amorosos; anticonsumismo; aproximação das práticas religiosas orientais, principalmente do budismo; crítica aos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão; discordância com os princípios do capitalismo e economia de mercado; forma despojada e livre de expressão artística (Sousa, 2013, p. 4).

Durante o auge do movimento hippie, estiveram na Bahia ícones da música, cinema e literatura, entres eles: Janis Joplin, Mick Jagger, Ney Matogrosso, Vinicius de Moraes, Tim Maia, Novos Baianos, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jorge Amado, Dorival Caymmi, Pablo Neruda, João Gilberto, José Simão, Rita Lee, Luiz Melodia e Angela Ro Ro (Anos 70 Bahia, 2016).

Em Salvador, a Boca do Rio reuniu traços culturais marcantes desses movimentos, que expressam sua riqueza cultural, herança de suas raízes africanas e tupis. Esse conjunto pode ser percebido em seus terreiros de Candomblé²⁰, grupos de capoeira, grupos tradicionais de samba e outros, que encontram-se sob o véu de uma exclusão e correm o risco de cair no

²⁰ O bairro Boca do Rio em Salvador contempla 11 terreiros de Candomblé. São eles: Tata Maquende, Onipó Filho, Terreiro Viva Deus Neto, Ibá Faron, Ilê Odô Ogê Pilão de Prata, Terreiro Azauani, Ilê Ogum Edi Alaki Koisan, Ilê Oxum Pondá, Ilê Axé Ogum Oya, Ilê Axé Oyá Daraunké e Ilê Axé Araká Togum (Mapeamento dos Terreiros de Salvador).

esquecimento (Blog Boca Do Rio Cultural, 2011).

Influenciada por esses movimentos, a década de 1970 foi marcada em todo o mundo por sua efervescência política e cultural, e a capital baiana não ficou fora desse contexto. Entre os gêneros musicais da época, o Rock And Roll²¹ era destaque, e neste momento as questões raciais passaram a ter mais evidência, dando espaço para outros gêneros originários da cultura negra. De acordo com Souza (2022, p.12) esta fase caracterizou-se pela irrupção da estética negra:

Na Bahia, mais especificadamente, em Salvador, a partir dos anos 1970, as coisas começaram a tomar outros rumos. Inspirados nos movimentos de luta negra nos Estados Unidos, como “Black is Beautiful”, “Panteras negras” e “Movimento Black Power”, mulheres e homens negros passaram a ter uma atitude revolucionária: usar o cabelo natural.

Esse também foi um período de popularização da dança de rua, da música e das roupas africanas (Figueirêdo, 2016). Em Salvador, a cultura rastafari²² teve duas grandes referências: Albino Apolinário e José Lino de Almeida, fundadores do Bar do Reggae, em 1978 no Pelourinho. A difusão da cultura negra ainda deixou em evidência vários grupos culturais de origem africana como o Ilê Aiyê (1974) e o Olodum (1979).

O Ilê Aiyê foi o primeiro bloco afro-brasileiro, fundado em 1974 por Antônio Carlos dos Santos, conhecido como Vovô do Ilê, juntamente com Apolônio de Jesus no bairro da Liberdade em Salvador. As palavras *Ilê Aiyê* em Iorubá significam ‘Casa de Negros’, ‘Abrigo de Negros’ ou ainda ‘Terreiro de Negros’. O Olodum emerge cinco anos depois, em 1979, também como um bloco afro do movimento negro ligado à esquerda, quando “os negros passaram a se engajar em partidos políticos, como forma de sistematizar seus anseios, suas reivindicações, lamentos, para construir uma agenda positiva na luta pela cidadania” (Figueirêdo, 2016, p. 129).

Na Boca do Rio, a diversidade cultural da comunidade se manteve na herança dos ancestrais negros de Aratubaia e na vanguarda dos movimentos artísticos, um dos berços da contracultura, que assistiu ao nascimento da Tropicália²³. O tropicalismo expressou suas influências na Música Popular Brasileira (MPB), na poesia, no teatro e no cinema, que

²¹ O rock explodiu na década de 50 nos Estados Unidos, porém suas raízes trazem elementos da cultura africana. Sua origem encontra-se no blues, gospel, jazz, como a pioneira Sister Rosetta Tharpe, mulher negra, considerada matriarca do gênero musical (Portal Geledés, 2014; Portal Geledés, 2016).

²² Considerado como um dos maiores movimentos de resistência negra foi um fenômeno da segunda metade do século XX, que misturou elementos religiosos, políticos e musicais em torno da figura de Haile Selassie I (1892-1975) — imperador da Etiópia entre os anos de 1930 a 1974 (Site História do Mundo).

²³ O tropicalismo foi um movimento artístico brasileiro que surgiu no final da década de 1960, e apresentava traços da antropofagia, da poesia e da cultura internacional. O movimento surgiu num contexto de intensas mudanças econômicas, culturais e conflitos políticos.

segundo Nildo Viana (2007, p. 40) ficou marcado por “um grupo de cantores e compositores (Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Bethânia, Capinam, Torquato Neto, Os Mutantes, etc.) com artistas de outras áreas (Rogério Duprat, Júlio Medaglia, Hélio Oiticica, etc.)”, que posicionavam-se politicamente através da arte (Blog Soteropolitanos, 2007).

Foi ainda nos anos 70 que as praias baianas se consolidaram como um dos palcos de expressão de identidades culturais, marcadas pela resistência ao Golpe de 64, e a Praia dos Artistas teve papel importante neste momento (Blog Soteropolitanos, 2007).

2.2.3 Introdução à história da Praia dos Artistas

Constituindo 12,4% do litoral brasileiro, o Estado da Bahia é banhado pelo Oceano Atlântico e possui a maior extensão litorânea do país, com 932 quilômetros (Estados e Capitais do Brasil, s.d). Segundo Rocha (2002) o povoamento da Boca do Rio por artistas vanguardistas nos anos 70 se deu pela atração pelo Rio das Pedras, que possui foz na Praia de Aratubaia, e pelo rio de Pituaçu, ainda com baixos índices de poluição.

Além dos cursos de água doce, o bioma da Mata Atlântica, responsável pela biodiversidade da região, é marcado pela desova de tartarugas marinhas, reprodução de aves silvestres locais e pela rota migratória das baleias Jubarte (Blog Boca do Rio Cultura, 2011). A junção desses fatores passou a atrair esses artistas para as praias da região, em especial a Praia de Aratubaia, batizada popularmente como Praia dos Artistas em 1973 pelo barraqueiro Aloísio Sky²⁴, e conhecida como reduto *hippie* ou reduto da Tropicália (Soteropolitanos, 2007).

De acordo com Bahiana (2006), as composições Odara (1977), de Caetano, e Sarará Miolo (1986), de Gil, foram canções que marcaram os encontros no local. Outra personalidade importante foi Aloísio Souza de Almeida, apelidado Aloísio Sky, proprietário da barraca *Yellow Sky*, uma das barracas mais antigas e ponto de intelectualidade e encontro dos artistas na Praia de Aratubaia (Blog Boca do Rio Cultural, 2011).

Natural de Conceição da Almeida, Aloísio chegou a Salvador em 1966, tendo passado por vários setores de pequenos comércios, e atuado como fotógrafo *freelancer* para o Jornal da Bahia. Em três de outubro de 1973 fincou uma bandeira na orla atlântica da Boca do Rio e abriu sua primeira barraca de praia, a *Blue Sky*, tendo recebido esse nome em 1974, quando um de seus clientes mais fiéis, Rowney Scott, funcionário da *Pan American World Airways*,

²⁴ Barraqueiro natural de Conceição de Almeida e dono de uma das barracas mais famosas da Praia dos Artistas de 1973 a 2009, tendo recebido diversos artistas nacionais e internacionais.

batizou o espaço devido a cor azul da lona da barraca. Em 1976 a barraca passa a se chamar *Yellow Sky Beach House*, ou apenas *Yellow Sky*, quando é coberta por uma lona amarela de 96m² e torna-se um fenômeno no local (Sky, 2022)²⁵.

Rocha (2002, p. 3)²⁶ afirma que, segundo Aloísio, "entre goles de cerveja e tira-gostos de peixe frito, nasceram muitos projetos artísticos que marcaram a cidade naquele período". Essa época, marcada por sua posição vanguardista, sobretudo, no campo cultural e político, carregou o pioneirismo como uma de suas características mais fortes e, entre eles, a prática do *topless*²⁷ (Blog Boca do Rio Cultural). Há 40 anos, o primeiro *topless* registrado em Salvador aconteceu na Praia dos Artistas, onde também era praticado o nudismo. A Praia tinha uma placa com indicação para livre prática do *topless* na areia e, no verão de 1970-1980, o hábito era normalizado no local (Jornal Correio, 2020).

A cobertura do verão de Salvador daquele ano, repercutiu pelo Brasil inteiro. Além do *topless* e práticas de nudismo, a Praia dos Artistas guarda memórias e histórias da comunidade LGBTQIAPN+²⁸ de Salvador, tendo recepcionado a primeira barraca de praia voltada a este público na capital (Blog Boca do Rio Cultural, 2011).

A barraca Aruba tinha como ponto de referência três bandeiras gigantes com as cores do arco-íris, além de algumas estátuas da cultura africana, que também ornavam a entrada. Além de representar um território democrático e de resistência, esta representou um movimento de visibilidade e liberdade à comunidade. Junto a *Yellow Sky* e a outras barracas populares da época, ofereciam música, shows e entretenimento (Blog Boca do Rio Cultural, 2011).

2.2.4 Os frequentadores da Praia

O auge do movimento da contracultura na Bahia, na década de 70 fez com que opositores do regime comessem a adotar as praias como espaço de reunião, lazer e luta em prol dos movimentos sociais que a ditadura tentava sufocar. Um dos pontos cobiçados eram Stella Maris e Arembepe. Em Salvador o ponto turístico Porto da Barra era onde todos se

²⁵ Informações concedidas ao livro-reportagem Aratubaia: memórias e racismos submersos, em entrevista com Aloísio Sky em julho de 2022.

²⁶ A Tarde, 14 de setembro de 2002.

²⁷ O termo de origem inglesa significa de forma literal "sem a parte de cima" e refere-se à prática de tomar sol em praias ou à beira da piscina com os seios à mostra. O *topless* não é criminalizado no Brasil, mas o hábito causa, muitas vezes, estranhamento e rejeição, podendo levar à prisão por ser identificado como ato obsceno, tipificado pelo artigo 233 do Código Penal (Anos 70 Bahia, 2016; Universa Uol, 2022).

²⁸ A sigla significa: Lésbicas; Gays; Bissexuais; Travestis, transexuais e transgêneros; Queer; Intersexuais; Assexuais; e Pansexuais. O "+" contempla todas as outras identidades que integram o movimento, a exemplo de pessoas não binárias e Drag Queens.

encontravam para saber o que estava “rolando” pela cidade. Além da Barra, outros locais que atraíam esse público eram Pituaçu e a Praia dos Artistas, que ganha maior popularidade entre artistas tropicalistas e jovens que procuravam por ambientes que carregassem traços do movimento hippie, anterior à época, como a vida comunitária e contemplativa “em paraísos ecológicos e onde quer que houvesse boas vibrações” (Anos 70 Bahia, 2016, ep. 28).

Apesar da popularização entre artistas, a Praia era o *point* de um amplo grupo de pessoas alternativas ligadas a partidos de esquerda, ativistas sociais e integrantes dos movimentos negro e feminista, provocadores sociais de protestos e de ações voltadas para a democratização e liberdade do país. De acordo com Bahiana (2006) em *Almanaque anos 70*, as mulheres frequentavam a praia com lenços soltos fazendo *topless*, Caetano Veloso usava uma sunga de chita e Gilberto Gil, uma de crochê, exibindo tranças no cabelo.

Para além de reunir a comunidade LGBTQIAPN+ e simpatizantes, a fama da barraca Aruba atraía integrantes de várias tribos, como estudantes e intelectuais. Além desse público, a praia era frequentada por moradores/as do bairro, que buscavam lazer e entretenimento acessível, e pela comunidade pesqueira local, que vivia da pesca do Xaréu, do Bagre e do Pitu, fortalecendo a economia na região (Blog Boca Do Rio Cultural, 2011).

2.2.5 Reduto dos movimentos sociais

Os anos 60 trouxeram um anseio de mais participação em toda a parte, influenciados pela contracultura, pelo feminismo e movimentos estudantis. Assim, os próximos anos marcaram a ascensão de várias mobilizações sociais por mais liberdade e expansão no mundo todo. No panorama internacional, acontecia a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã e várias mobilizações revolucionárias como o movimento *hippie* e os movimentos estudantis, a exemplo do maio de 68 em Paris (Viana, 2007).

Outros movimentos em destaque foram os liderados pelos Panteras Negras²⁹ e o movimento *Black Soul* nos EUA; a libertação de nações africanas que tornaram-se independentes, bem como os protestos contra a política do Apartheid na África do Sul e as lutas pelos direitos civis nos EUA (Figueirêdo, 2016). Neste período histórico conturbado e cheio de mudanças também eclode o movimento da Tropicália no Brasil, provocando grande

²⁹ Os Panteras Negras foram um partido político norte-americano surgido na década de 1960, sob influência dos ideais filosóficos de Frantz Fanon e Karl Marx, em defesa da comunidade afro-americana. O partido defendia o combate contra a violência policial contra a população negra, no contexto do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/os-panteras-negras-e-o-movimento-racial-nos-eua.htm#:~:text=Os%20Panteras%20Negras%20foram%20um,direitos%20civis%20nos%20Estados%20Unidos>. Acesso em: 08 dez. 2023.

impacto na estética da Música Popular Brasileira - MPB (Viana, 2007). Albuquerque e Filho (2006, p. 281) esclarecem que:

[...] viviam-se os dias tensos e repressivos da ditadura militar, que fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de parlamentares, baniu 48 partidos políticos, proibiu organizações operárias, camponesas e estudantis, prendeu, torturou e eliminou militantes de esquerda.

Nesse cenário não é possível pensar o movimento negro baiano de maneira isolada, mas em um contexto de irrupção de diversos outros movimentos e transformações políticas, sociais e culturais à época. Embora a fundação de diversas organizações significativas para o movimento negro e antirracista tenham surgido décadas antes, a exemplo da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, a Associação de Negros Brasileiros (ANB)³⁰ em 1945 e a Associação Cultural do Negro (ACN)³¹ em 1954, o movimento ganha maior espaço nos anos 70, com a formação do Movimento Negro Unificado (MNU)³², junto à ascensão de outros movimentos no país como o movimento sindical, o movimento estudantil, o movimento LGBTQIAPN+ e o movimento de mulheres (Figueirêdo, 2016, p.39).

Em Salvador, o surgimento dos blocos afro brasileiros como o Ilê Aiyê, em 1974, representou “um movimento negro estético e político que reivindicava por direitos e conscientizava o negro sobre ser negro, valorizando a sua existência, história e identidade” (Souza, 2022, p.13). O bloco também possui caráter político, no que tange a relação de sua criação dentro de um período de ditadura militar em que o debate sobre questões étnico-raciais poderia desencadear perseguições e prisões, “pois ações desse tipo eram consideradas como ato subversivo, que se enquadrava na lei de “segurança nacional” (Figueirêdo, 2016, p. 78).

Foi nessa atmosfera cultural que o Movimento Negro da Bahia conseguiu avançar em suas conquistas e programar a sua política contra o racismo, sensibilizando os afrodescendentes para fomentar discussões sobre a problemática racial instalada no Brasil, combatendo a ideologia da democracia racial, que encobria os conflitos entre os grupos de cor. (Figueirêdo, 2016, p.81).

³⁰ Criada por ex-militantes da Frente Negra Brasileira, “a ANB tinha o seu próprio Jornal, intitulado “Alvorada”, editada pelo militante José Correia Leite, e serviu para divulgar o ponto de vista dos negros brasileiros” (Figueirêdo, 2016, p. 36).

³¹ “Composta de um presidente, um vice-presidente, uma Diretoria Executiva, formada por oito membros, um Conselho Superior, constituído por vinte e nove membros, possuía Departamento de Cultura, Esporte, Estudantil, Feminino, além de uma Comissão de Recreação. Editou o Caderno de Cultura Negra, e, em 1958, organizou atividades comemorativas aos 70 anos da Abolição no Brasil” (Figueirêdo, 2016, p. 36).

³² Deliberada em uma reunião de entidades negras realizada em São Paulo em 18 de junho de 1978, surgiu com a finalidade de defender a comunidade afro-brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a comunidade é submetida (Site Mnu).

A relação do movimento Tropicalista com a política, que partia de uma ideia revolucionária e de uma visão “radical às posições da esquerda” (Coelho, 1989, p.159), presente também na Praia dos Artistas, através de seus frequentadores, representou uma tônica forte da política no local, além da resistência da esquerda contra a Ditadura Militar e na luta pela defesa da democracia no país. Além disso, a Boca do Rio sempre esteve envolvida em lutas coletivas, com participação ativa.

Em 2005, a Boca do Rio foi palco de uma batalha protagonizada por ambientalistas, ativistas e moradores/as do bairro contra um projeto do Governo Paulo Souto³³-PFL para a construção de um emissário submarino na Praia dos Artistas. O emissário foi construído em 2011 pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Ao passo que os manifestantes foram cooptados pelo governo petista de Jaques Wagner³⁴, o projeto não alcançou em sua discussão, o nível de debate popular que poderia ter tido (Blog Boca Do Rio Cultural, 2011).

Outro exemplo de engajamento político da comunidade da Boca do Rio pode ser destacado durante o Projeto de Delimitação dos Bairros de Salvador, que:

[...] iniciou suas atividades na Administração Regional IX, a qual abrange os Bairros da Boca do Rio e Patamares. O evento ocorreu no dia 13 de março de 2008, no Instituto Municipal de Educação Prof. José Arapiraca (IMEJA/Boca do Rio) e reuniu representantes das Associações de Bairro, ONGs, Lideranças Comunitárias e Entidades Cíveis. Esta comunidade sempre foi pioneira nas discussões políticas que envolvem seu povo. Assim como o fracassado PDDU (Plano diretor de desenvolvimento urbano), quando o poder público convocou a comunidade para debater, e eis que como sempre, a Boca do Rio compareceu em massa e foi a primeira a terminar as discussões, além de ser a comunidade com mais contribuições ao PDDU. [...] A administração de Tânia Penna³⁵ foi marcada por uma reviravolta na comunidade da Boca do Rio. [...] Neste momento a comunidade se juntou, e foram aparecendo mais demandas de luta como um muro criminoso que ergueram separando um condomínio de classe média de uma favela no Bate Facho, o “Muro da Vergonha” como foi chamado foi apenas uma das brigas comunitárias, logo as chuvas começaram e na Baixa Fria o caos tomou conta da Rua João Nunes da Mata. Uma encosta feita por uma construtora deslizou e levou muita lama para as casas. Quem tentava passar ontem pela rua não conseguia. Antes do incidente, a Prefeitura já tinha embargado a obra. E assim foi acontecendo, as lutas foram sendo travadas com toda a comunidade (Blog Boca Do Rio Cultural, 2011).

A comunidade da Boca do Rio também foi às ruas para impedir a construção do antigo Aeroclube Plaza Show, onde atualmente situa-se o novo Centro de Convenções (Boca Do Rio Cultural, 2011).

³³ Paulo Souto foi ex-governador da Bahia por dois mandatos (1995-1999 e 2003-2007) e senador (Senado Federal).

³⁴ Jaques Wagner foi ex-governador da Bahia por dois mandatos, de 2007 a 2014, ministro-chefe da Casa Civil e senador (Senado Federal).

³⁵ O prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro havia dividido os bairros por Administrações Regionais e Tânia Penna foi a Administradora Regional da comunidade da Boca do Rio e adjacências (Blog Boca do Rio Cultural, 2011).

2.2.6 Racismo ambiental na Praia dos Artistas

Em 27 de maio de 2011 foi inaugurado na Boca do Rio, próximo a foz do Rio das Pedras, o Sistema de Disposição Oceânica (SDO) do Jaguaribe, um emissário submarino. O Projeto pensado em 2005, no Governo Paulo Souto (PFL) funciona como um canal de tratamento de esgoto, utilizado há décadas em cidades litorâneas, que realiza o lançamento do material, teoricamente tratado, em alto mar (Borde, 2015).

O emissário tem capacidade para 5,9 mil litros de esgoto por segundo, o correspondente a cerca de 1.900.000 habitantes, e atende a região da orla da Boca do Rio até a Praia do Flamengo, além do entorno da Avenida Paralela, a exemplo das bacias do Alto Pituáçu, Águas Claras, Trobogy, Médio Jaguaribe, Mangabeira e o município de Lauro de Freitas. De acordo com Borde (2015, p.25):

Geralmente, neste tipo de tratamento, o esgoto passa primeiro por uma estação de condicionamento prévio, onde ocorre o tratamento preliminar, retirando materiais que possam vir a danificar o sistema a jusante. O efluente segue por um emissário terrestre até a chaminé de equilíbrio, estrutura esta destinada a absorver as flutuações de pressão geradas pela oscilação das marés e das vazões de esgoto afluentes e, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade do bombeamento do esgoto pré-condicionado em regime contínuo e uniforme, e então segue para o lançamento no oceano.

Embora forneça uma tecnologia eficiente, o tratamento inadequado desse sistema pode causar grandes impactos ambientais negativos no meio físico e biótico, comprometendo também o espaço socioeconômico local (Borde, 2015). A partir de 2005, com a polêmica da construção do SDO do Jaguaribe, a Boca do Rio foi palco de manifestações entre a comunidade, ambientalistas, advogados e ativistas do Partido dos Trabalhadores (PT), de oposição ao Governo Paulo Souto (PFL), que tentavam impedir a implantação do emissário.

Houve um debate a respeito da necessidade de implantação do Projeto, que era visto pelos militantes como uma obra para dar dinheiro a empreiteiros, visto que, segundo estudiosos da área de saneamento, existiam outras alternativas com menor impacto ambiental que poderiam ser adotadas. A Boca do Rio se movimentou e realizou passeatas e mobilizações, que originaram várias demandas locais (Vida, 2022)³⁶.

Um dos manifestantes era Aloísio Sky, que relatou:

³⁶ Informações cedidas ao livro-reportagem Aratubaia: memórias e racismos submersos em entrevista com o professor e advogado Samuel Vida em julho de 2022.

Fizeram um emissário submarino, onde eu formei equipes e fomos defender o direito ambiental saudável. Mas eles, como o capitalismo é tão selvagem, que não respeita a voz do cidadão... Degradam tanto, tanto a Praia dos Artistas. Não sei porque a Boca do Rio, principalmente a Boca do Rio, até hoje, é um canto que foi sempre esquerda. Sempre foi um canto de artistas, de intelectuais, de boêmios, mas que sempre defenderam a natureza. Isso boêmios da época, que hoje, alguns desses boêmios, da época, e que defendia a natureza naquela época, hoje são governos. São municípios, são estados, são federativos (Apêndice A)

Com a vitória de Jaques Wagner (PT) em 2007, a maioria dos protestantes passou a ser cooptada pelo novo Governo e a mobilização foi perdendo força. O emissário foi pauta na Pré-conferência do Meio Ambiente em 2007, que aconteceu no bairro da Pituba. O Projeto foi implantado pelo Deputado Federal Afonso Florence-PT e teve um investimento de R\$ 259 milhões do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) do Governo Federal, executado pela Construtora Norberto Odebrecht e concluído em abril de 2011.

O Comitê da Praia dos Artistas ainda defendia que, ao invés da construção do emissário, o Governo realizasse o tratamento do Rio das Pedras, um dos recursos naturais responsáveis pela história e pelas tradições da Boca do Rio, tendo matado a sede de indígenas, quilombolas e pescadores/as; banhado hippies, tropicalistas e artistas; além de alimentar gerações inteiras de pescadores/as com Bagres, Guaiamus e Pitus, que formam a diversidade de sua fauna aquática (Portal Gov Bahia, 2011; Blog Boca Do Rio Cultural, 2011).

Atualmente o Rio das Pedras, bem como os demais rios do bairro possuem um elevado índice de poluição, de acordo com coletas realizadas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Inema (2021), que avaliam o Índice de Qualidade das Águas - IQA e o Índice do Estado Trófico - IET das bacias hidrográficas de Salvador, seguindo o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras (Ana/Cetesb, 2011).

As categorias de qualidade da água em função dos valores do IQA são classificadas da seguinte forma: $79 < \text{IQA}$ (Ótima), $51 < \text{IQA} \leq 79$ (Boa), $36 < \text{IQA} \leq 51$ (Regular), $19 < \text{IQA} \leq 36$ (Ruim) e $\text{IQA} \leq 19$ (Péssima). Quanto aos resultados do cálculo do Índice do Estado Trófico (IET), as faixas de valores são classificadas em: $\text{IET} \leq 47$ (Ultraoligotrófico), $47 < \text{IET} \leq 52$ (Oligotrófico), $52 < \text{IET} \leq 59$ (Mesotrófico), $59 < \text{IET} \leq 63$ (Eutrófico), $63 < \text{IET} \leq 67$ (Supereutrófico) e $\text{IET} > 67$ (Hipereutrófico) (Inema, 2021).

Nos resultados do IQA referentes aos pontos analisados na BH do Rio das Pedras, três foram classificados como “péssimos”; três como “ruins”; dois como “regulares”, e apenas um como “bom”. A BH ainda apresentou um alto grau de eutrofização³⁷, classificando todos os

³⁷ Processo de poluição de corpos d'água, como rios e lagos, o que provoca contaminação, levando a morte de diversas espécies animais e vegetais, com um altíssimo impacto para os ecossistemas aquáticos (Conservação para Ensino Médio - USP).

pontos de coleta do Rio das Pedras como “hipereutróficos” (Inema, 2021).

A BH é cercada por áreas residenciais e não residenciais que são atendidas pelo Sistema de Esgotamento Sanitário da Bahia - EMBASA, entretanto, a grande densidade demográfica, bem como a ocupação desordenada em encostas e favelas em função de desigualdades e dificuldades topográficas, que geram a dificuldade de implantação da rede coletora de esgotos, resultou em ligações clandestinas de esgoto à rede fluvial (Boca Do Rio Cultural, 2011).

Para investigar a influência do emissário submarino na qualidade da água, Borde realizou um estudo entre 2014 e 2015. O resultado apresentou irregularidades na qualidade do afluente lançado. As observações realizadas identificaram que “o SDO do Jaguaribe apresenta em seu sistema apenas o tratamento preliminar, composto por desarenação e gradeamento antes do seu lançamento ao oceano, ou seja, o efluente gerado segue para o oceano com toda a carga orgânica e nutrientes presentes no esgoto” (Borde, 2015, p.48).

Os dados coletados foram comparados seguindo as exigências das Resoluções Conama n° 357 de 2005 e n° 430 de 2011, que estabelecem as condições e padrões de lançamento dos efluentes, garantindo que a qualidade da água não seja afetada (Borde, 2015). Dentre os parâmetros analisados, a Demanda Biológica de Oxigênio (DBO) e o nitrogênio amoniacal apresentaram valores superiores ao máximo permitido a ser lançado (Borde, 2015).

O nitrogênio amoniacal é altamente tóxico... [...] Sob o ponto de vista de saúde pública, o nitrogênio é o agente causador da metahemoglobinemia (síndrome do bebê azul) e também é o responsável pela formação de substâncias de poder mutagênico e carcinogênico em diversos organismos. Por isso, a presença de nitrogênio e fósforo se torna um problema quando os níveis dos componentes atingem os corpos d'água em concentrações acima do permitido pela legislação ambiental vigente (Borde, 2015, p.43)

No meio físico alguns dos impactos negativos causados pela utilização inapropriada dos emissários submarinos podem ser a eutrofização do meio aquático e a alteração dos parâmetros físico-químicos da água. No meio biótico as consequências vão influenciar na perda da fauna, modificação do ecossistema, contaminação de organismos (peixes, moluscos e crustáceos), entre outros. No meio socioeconômico, esses impactos aparecem na alteração da paisagem, no tráfego, na atividade pesqueira, desvalorização imobiliária em torno da estação de pré-condicionamento, desconforto da população, conflito com a população local de pescadores/as e outros (Borde, 2015).

As informações observadas no estudo de Borde (2015) servem para a caracterização de um caso de racismo ambiental na Boca do Rio, que segundo Rangel (2016, p. 129),

“compreende, em sociedades desiguais, os grupos discriminados racialmente e as populações de baixa renda, ou seja, grupos vulneráveis e marginalizados que são obrigados a arcar com a maior carga dos danos ambientais oriundos do processo de desenvolvimento”. Rangel (2016) ressalta que as comunidades quilombolas, embora reconhecidas por seus valores históricos e culturais, “são colocados, diariamente, em xeque devido ao modelo capitalista predatório que norteia a lógica de desenvolvimento nacional (Rangel, 2016, p. 1).

Para caracterizar exemplos de racismo ambiental em remanescentes quilombolas, Rangel (2016, p. 135) cita Lays Helena Silva³⁸ (2011, P. 5) ao dizer que essas desigualdades “determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos”.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Todavia, as irregularidades apresentadas no sistema de tratamento de esgoto do emissário submarino na Praia dos Artistas representam a existência de uma violação desse direito fundamental que, segundo Souza (2015, p.24) “tem servido como caminho para a violação de outros direitos. E acrescenta (2015, p.86) “assim ocorre com o pescador (trabalhador), que não tem acesso ao mar (ambiente) e com a comunidade residente próximo à área poluída que tem a saúde afetada”.

Segundo o Comitê da Praia dos Artistas, ativistas e estudiosos/as na área do saneamento, a orla atlântica toda teria várias opções, tecnicamente melhores para a instalação, mas todas ocupadas por bairros nobres, os “territórios abastados”, então escolheram a Boca do Rio e empurraram o Projeto poluidor, configurando uma prática de racismo ambiental. O Coordenador de Monitoramento do Inema, Eduardo Topázio, afirma:

Pode botar emissário em qualquer lugar da orla, nada impede, desde que você estude a capacidade de diluição, porque é necessário, é um dos fatores determinantes saber qual o volume que você vai lançar no emissário? Qual é a capacidade de dissolução do ponto de recepção do emissário? Leva em consideração uma série de fatores hidrodinâmicos e de relevo local para determinar o melhor lugar para se colocar. Em tese pode ser em qualquer local do litoral, nada impede, mas vai depender das condições locais. [...] Então o que acontece? Essa questão do racismo ambiental tem uma série de vertentes sim, mas isso tem muito a ver com a questão econômica,

³⁸ Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário FAM, graduada em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (2003). Bacharela em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2004), mestre em ciências jurídico-filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2009) e Doutora em Ciências Sociais pelo Programa Democracia no século XXI do Centro de Estudos Sociais (CES) e da Faculdade de Economia (FEUC) da Universidade de Coimbra.

porque os negros são discriminados historicamente. Então essa questão do racismo tem a ver, porque boa parte dessas comunidades onde passam esses projetos são comunidades onde a maioria são da população negra. [...] O projeto original era em Jaguaribe [...] será que é porque ali tinha muito condomínio, tinha que desapropriar e passar por cima? É provável (Topázio, 2022³⁹).

Nessa lógica, a decisão estatal inscreve-se sob a mesma estrutura que visa instituir aparatos de morte que Mbembe (2015) chamou de necropolítica. Ou seja, o direito de um ambiente ecologicamente equilibrado é baseado em padrões coloniais da sociedade brasileira: racista, cuja finalidade básica é garantir apenas a preservação da branquitude. Sendo assim, a ausência de um constante monitoramento ambiental no entorno do emissário submarino instalado na Boca do Rio tem sido operado sob a lógica do necropoder, programado pelo Estado.

No caso de uma situação de racismo ambiental provocada por um órgão estatal, público ou privado, o racismo ambiental será sempre uma modalidade de racismo institucional, sobretudo se considerarmos a não aplicação de uma lei de proteção ambiental, desde que esteja sendo aplicada em benefício de outras comunidades como um caso de racismo (Souza, 2015, p.58).

Filho (2021) explica que o racismo ambiental também pode ser visualizado no processo de segregação espacial dos grupos étnicos através da exclusão destes grupos nos movimentos de ativismo ecológico; na ausência de políticas, regulamentações e leis ambientais; e no direcionamento de instalações de resíduos tóxicos a áreas majoritariamente negras. Para Filho (2015), as lutas ambientais deste século só têm sentido quando também voltadas para os corpos que sofrem a ação direta da crise do meio ambiente, pois não há como tratar da questão ambiental, sem tratar das injustiças raciais.

Martins (2022) afirma que:

[...]esse tipo de urbanização seletiva que privilegia alguns espaços em detrimento de muitos; que segrega indivíduos devido a sua origem racial/social/territorial; que orienta os investimentos públicos em favor de grandes empresas; e sistematicamente, por meio de seus mecanismos de desenvolvimento urbano, favorece uma pequena burguesia, atenua a pobreza e fabrica uma grande massa de sujeitos empobrecidos (p.344)

Neste caso, o termo pobreza se relaciona também “a um modo de vida - e um conjunto complexo de duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura” (Santos, 2013, p.19 apud Martins, 2022, p. 345). Historicamente, as execuções de políticas públicas municipais e estaduais levam em consideração o bairro e os/as moradores/as, isto é, a classe social desses

³⁹ Entrevista concedida ao livro-reportagem Aratubaia: memórias e racismos submersos, em entrevista com Eduardo Topázio em junho de 2023.

sujeitos (Martins, 2022).

O fato de as origens da Boca do Rio serem de populações quilombolas, de famílias “invasoras” e de baixa renda exerce grande influência nas políticas públicas e ambientais da cidade, frutos do racismo estrutural e institucional, parte integrante deste processo. Quando enxergamos de forma marcada quem está sendo atingido com esse Projeto, o caso se torna discriminatório (Martins, 2022).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Diante de um estudo que trata de um tipo de desigualdade, seja no paradigma ambiental, social, jurídico e racial, impregnado no colonialismo e com consequências racistas e necróticas, em termos metodológicos, foi utilizado um estudo de caso aliado à pesquisa bibliográfica. Na ausência de suportes que guardassem essas narrativas, foi realizada a pesquisa documental para levantar arquivos pessoais, materiais jornalísticos, registros fotográficos e outros documentos que resgatassem o conflito e a memória cultural local de outrora.

Também mergulhei na oralidade de antigos/as frequentadores/as da Praia e dos/as que viveram e ainda vivem na localidade, além de especialistas em raça e meio ambiente, para entender sobre os processos de degradação ambiental, com recorte racial, na região. Essa é uma pesquisa social exploratória de caráter qualitativo que conta com o apoio do fotojornalismo; de entrevistas semiestruturadas em profundidade, com recorte racial e de gênero, através da amostragem probabilística; da pesquisa-ativista e do livro-reportagem como suporte técnico.

Considerando o racismo ambiental como um dos elementos básicos no processo de exclusão da Boca do Rio de políticas públicas e de medidas de cuidado ambiental, definindo desta forma quais bairros de Salvador serão ou não beneficiados por políticas municipais, o estudo de caso foi essencial para explicar as variáveis causais do fenômeno abordado, pois a metodologia é caracterizada “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (Gil, 2009, p.57-58).

Também conhecido como “método monográfico”, o estudo de caso consiste em examinar em profundidade determinado tema, analisando os fatores que exercem influência sobre estes e seus aspectos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 10), este método “consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações”. Além de investigar os aspectos da temática escolhida, o estudo de caso também pode verificar a totalidade da vida de um grupo social, bem como o conjunto de suas atividades. “São exemplos desse tipo de estudo as monografias regionais, as rurais, as de aldeia e, até, as urbanas” (Marconi e Lakatos, 2003, p.108).

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de outros materiais, dados secundários, já elaborados principalmente em livros e artigos científicos, imprescindíveis para considerar o contexto dos fatos históricos, das ideias e definições abordadas (Gil, 2009).

Relevante destacar que este foi um processo dificultoso, que exigiu um exercício de garimpagem intenso, devido ao parco repertório encontrado sobre o tema. Essa pesquisa exploratória permitiu o desenvolvimento e o esclarecimento da temática que chegou tardiamente no ambiente acadêmico e ainda com poucos debates. A pesquisa bibliográfica se aplica justamente quando “o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 2009, p.27).

No livro-reportagem foram utilizados recursos visuais através da fotografia documental, como suportes de preservação destas narrativas, e devido à escassez de discussões e contribuições sobre o assunto. Esses registros documentais são “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (Gil, 2009, p.51), como reportagens de jornais, fotografias e gravações. De acordo com Gil (2009) a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica apenas quanto à natureza das fontes. Simson (2005) discute as possibilidades da utilização de fotografias históricas aliadas a relatos orais em pesquisas que se propõem a resgatar uma trajetória histórica.

De acordo com Simson (2005, p. 20), o surgimento das máquinas fotográficas de fácil manuseio nos anos 30 e 40, possibilitou o registro da vida tendo como base o suporte imagético, que até hoje vem "orientando a reconstrução e veiculação da nossa memória". Sob essa ótica, Kossoy (2007, p. 132) observa a fotografia documental como uma fonte rica de informações para a reconstituição do passado, através da “captura do tempo, ou da preservação da memória”.

Para Kossoy (2007, p. 105), “a imagem tem um papel preponderante na documentação dos acontecimentos”, se expressando como material informativo que carrega fatos sobre determinada época. Essas informações, por sua vez, complementam as fontes escritas, as enriquecendo com dados iconográficos singulares. É nesse sentido que a fotografia documental se faz de suma importância na produção deste livro-reportagem, pensada enquanto testemunho documental e jornalístico (Kossoy, 2007). Para Gil (2009, p.49), esses passos fazem parte do planejamento da pesquisa e “a medida que estas tarefas são plenamente realizadas, o trabalho de investigação assume o caráter de um sistema coordenado e coerente de conceitos e proposições”, constituindo desta forma, a etapa de aplicação de métodos que proporcionam os meios técnicos para a investigação da temática abordada.

Para a coleta de outros dados como fonte de informação, foi preciso contar com a oralidade dos/as que vivenciaram a Praia dos Artistas nas décadas de 1970 e 1980 e dos/as moradores/as da Boca do Rio, através de entrevistas semiestruturadas em profundidade. Ainda de acordo com Gil (2009, p.150), memórias são “reminiscências do autor relativas a

determinado período”, possibilitando assim, o conhecimento do passado, a investigação dos processos de mudança social e cultural, a obtenção de dados com menor custo e sem constrangimento dos sujeitos.

A história oral é uma metodologia que utiliza as memórias contadas por sujeitos que estiveram envolvidos em um determinado acontecimento, para se contar uma história. Essa pesquisa, como o nome sugere, utiliza fontes orais, coletadas por meio de entrevistas orais gravadas (Alberti, 2005 *apud* Ramalho, 2017). A partir de informações obtidas através do levantamento bibliográfico e documental, a pesquisa buscou localizar alguns personagens que vivenciaram essa intervenção sociocultural à beira mar nos anos 70 e 80, pois, desde o princípio, o objetivo foi encontrar histórias e memórias de pessoas que experienciaram e fizeram parte dessa história e conflito.

Segundo Bauer e Graskell (2008, p.91), “através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social”. Bauer e Graskell (2008) ainda afirmam que as memórias dessas pessoas nos ajudam a compreender o momento presente através das histórias do passado, compreendendo o ato de contar histórias como uma forma comunicativa elementar.

O fotojornalismo aparece como uma ferramenta de apoio ao texto jornalístico. Jorge Pedro Sousa (2002, p.76) explica que a fotografia e o texto jornalístico se complementam “informativamente” e no sentido de “ancorar o significado da fotografia”, isto é, direcionar o leitor para o que aquela fotografia representa (SOUSA, 2002, p.76). Nesse sentido, o fotojornalismo foi utilizado, também, como forma de denúncia sobre o caso de racismo ambiental. Segundo Persichetti (2006), o fotojornalismo assume a responsabilidade de trazer informação através da imagem. Para Persichetti (2013), a fotografia jornalística atua como fornecedor de um discurso e de uma linguagem do fotojornalista, isto é, o profissional, além de registrar os fatos, também assume a interpretação destes, a partir de histórias a serem narradas.

Assim, os registros da poluição do Rio das Pedras e da atual situação da Praia dos Artistas se revelam como uma possibilidade de fazer jornalismo, trazendo a fotografia da reportagem (Persichetti, 2013). Sousa (2002, p.77) afirma que “os efeitos gráficos do texto que complementam uma fotografia reorientam o sentido da mensagem fotojornalística”. Ou seja, oferece ao leitor a capacidade de fazer suas próprias análises, interpretações e comentários a respeito do conteúdo. Como forma de coletar dados para a obtenção de informações sobre o que as pessoas pensam, sabem, esperam ou creem foram realizadas

entrevistas. Gil (2009) define a entrevista como uma forma de interação social. Para ele, esta é a “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (Gil, 2009, p.109).

O livro-reportagem foi desenvolvido através de entrevistas semiestruturadas em profundidade, informais e focalizadas no tema, dando voz para que os entrevistados pudessem colocar em pauta suas versões sobre os momentos vivenciados e que relacionam-se ao tema da pesquisa. Essa técnica corresponde a um questionário de perguntas pré-estabelecidas a fim de nortear a entrevista, flexibilizando ainda que o entrevistador faça novos questionamentos de acordo com as respostas do entrevistado, o que permite maior organização e liberdade durante a conversa com os sujeitos (Barros e Duarte, 2006).

A escolha de entrevistas semiestruturadas permitiram uma flexibilização em função do nível de estruturação da conversa, ao passo que, embora pudesse predeterminar as respostas a serem obtidas, também se desenvolviam de forma espontânea (Gil, 2009). Delas, a maioria foi realizada face a face e todas de forma individual, sendo algumas realizadas por telefone, diante de acessibilidades, como custos mais baixos, rapidez e impossibilidade de agendar o momento para a realização da entrevista (Gil, 2009). Para Marconi e Lakatos (2004, p.196) esse é um instrumento de trabalho muito importante “nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras”.

Esse tipo de entrevista ainda possui outros nomes como livre, assistemática e antropológica. Nela, o entrevistador conduz a conversa a partir de perguntas sobre o que considera relevante e assegura-se de que esses pontos serão discutidos nas respostas, mas ao mesmo tempo, permite que o entrevistado possa abordar pontos que são significativos para eles (Marconi e Lakatos, 2004). Para Marconi e Lakatos (2004) é essa liberdade que permite a exploração em profundidade dos dados levantados. Medina (2011) revela que a entrevista não deve ser encarada como uma simples técnica, defendendo “Diálogo Possível”, isto é, a interligação e fluência entre entrevistador e entrevistado, para que possam alcançar o diálogo e cativar o/a receptor/a, representado, neste caso, pelo/a leitor/a do livro-reportagem.

Um leitor, ouvinte ou telespectador sente quando determinada entrevista passa emoção, autenticidade, no discurso enunciado tanto pelo entrevistado quanto no encaminhamento das perguntas pelo entrevistador. Ocorre, com limpidez, o fenômeno da identificação, ou seja, os três envolvidos (fonte de informação—repórter—receptor) se interligam numa única vivência (Medina, 2011, p.8)

Ao “desenvolver a técnica da entrevista nas suas virtudes dialógicas” (Medina, 2011, p.9) os/as partícipes são envolvidos/as na entrevista, eles/elas “interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios” (Medina, 2011, p.10). Neste caso, a conversa aberta e fluida entre os sujeitos colaboram para trazer à tona uma verdade ou problema. Essa entrevista semiestruturada em profundidade, em que o/a repórter busca por informações que determinados/as entrevistados/as ou grupos detêm, é nomeada de “entrevista conceitual”.

Beber da fonte da oralidade desses personagens, através de entrevistas semiestruturadas em profundidade face a face foi passo importante para saber o que as pessoas sabem e para perceber o que sentem, isto é, a captação da expressão corporal do entrevistado, tonalidades de voz e ênfase nas respostas, fundamentais para a escrita de um livro-reportagem (Selltiz *et al.*, 1967, p.273 *apud* Gil, 2009, p.109). Além da obtenção de dados em profundidade e referentes aos mais diversos aspectos da vida social, Gil (2009) afirma como vantagens da entrevista a possibilidade de obtenção de maior número de respostas, maior flexibilidade no esclarecimento de perguntas e a não exigência de alfabetização do/a entrevistado/a.

Para a seleção das fontes que foram entrevistadas, foi necessário realizar uma amostragem na pesquisa, sobretudo, porque:

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo (Gil, 2009, p.89).

Para tanto, foi selecionada uma parte da população estudada que fosse representativa, de acordo com raça e gênero, utilizando a amostragem não probabilística, devido ao custo e tempo despendido. Esse tipo de amostra não apresenta “fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador” (Gil, 2009, p.91). Também foram realizadas a amostragem por acessibilidade, selecionando fontes de fácil acesso e que puderam, de alguma forma, representar esse universo, e a amostragem por cotas, onde as fontes foram selecionadas de acordo com a relevância para o estudo, e de tal modo a que a amostra pudesse contemplar uma proporção de classes consideradas, neste caso, grupos étnicos e mulheres (Gil, 2009).

É fato que o debate sobre racismo ambiental requer um rigor científico, entretanto, é preciso reconhecer ainda que essa temática merece uma percepção mais crítica, por sofrer a influência de fatores sociais que ferem os direitos da população preta e periférica da Boca do

Rio, incluindo a minha, da minha família e amigos/as, pois foi através da minha história pessoal que surgiu a necessidade de realizar a pesquisa-ativista, como mulher, negra, militante, pesquisadora e criada nas favelas da Boca do Rio. Essa necessidade me levou a recorrer a esta metodologia, visto que a mesma me possibilita desenvolver um trabalho de cunho científico, sem que haja a negação do meu envolvimento com o tema ou com os sujeitos que fazem parte dela (Santos, 2018).

D'Souza (2013) afirma que a pesquisa-ativista é relevante para as instituições acadêmicas, pois questionam os limites da produção de conhecimento no cenário de instituições criadas para pensar na governação da sociedade, produzindo efeitos sobre a realidade social. No debate científico, a aplicação dessa metodologia tem gerado algumas controvérsias, por se opor a “algumas regras estabelecidas pela academia tradicional e alicerçadas na imparcialidade, neutralidade e objetividade do(a) pesquisador(a)” (Santos, 2018, p. 26-27). Entretanto, essas restrições compreendem a forma como o conhecimento produzido é limitado, impedindo aspirações que possam nos representar enquanto cidadãos e provocar transformações sociais estruturais e revolucionárias (D'Souza, 2013)

Santos (2018), em sua tese de doutorado, explica que, por meio dessa metodologia, é possível realizar um trabalho com rigor científico, através da coleta e divulgação de dados, ao passo em que potencializamos reflexões e intervenções sobre as lutas do povo preto e pobre de Salvador, aproximando sociologia e comunicação. Para isso, Santos (2018) utiliza os pressupostos de Charles R. Hale⁴⁰ (2001) que alegam a inexistência de neutralidade em pesquisas científicas, o que torna a pesquisa-ativista apenas uma metodologia que expressa seus posicionamentos por meio de uma política explícita. D'Souza (2013, p.131) confirma o pensamento ao atestar que “seja de uma forma implícita ou explícita, toda a teoria implica uma prática, seja ela de que tipo for; inversamente, toda a prática é enformada por alguma teoria, seja ela explícita ou implícita”.

Este método “contribui no entendimento das raízes da desigualdade, da opressão e violência” e as convicções políticas do pesquisador “são inspiradoras para o desenvolvimento de uma pesquisa”, embora estas devam ser equilibradas (Santos, 2018, p. 27). Santos (2018) explica que o domínio do tema é de extrema importância para que a pesquisa-ativista obtenha os resultados almejados e para que o ativismo do/a pesquisador/a não supere os objetivos da pesquisa. Além disso, a metodologia se aproxima da pesquisa-participante, pois “exige algum grau de participação do/a pesquisador/a em relação aos assuntos, grupos ou comunidades

⁴⁰ Hale é diretor do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade do Texas/Austin e professor de Antropologia.

participantes dos estudos, de tal maneira que esses/as participantes sejam ativos/as na pesquisa, inclusive em etapas como interpretação e análise dos dados” (Santos, 2018, p. 27).

A pesquisa-ativista alia-se também aos traços da investigação-ação ou pesquisa-militante de Borda (1978), que defendia “a necessidade de descolonização do conhecimento, de dar voz aos excluídos” (Santos, 2018, p. 28). Neste caso, o uso da comunicação para a discussão de pautas do movimento negro, através do livro-reportagem, permite a promoção de uma prática cidadã e, ao mesmo tempo, um reforço de lutas comunitárias. Aliado à pesquisa-ativista, os procedimentos analíticos aqui são de natureza qualitativa, por sua possibilidade em lidar com as interpretações das realidades sociais (Bauer; Gaskell, 2008). Nessa pesquisa, o processo de produção foi seguido das etapas de seleção e organização dos dados selecionados, para análise das informações e elaboração de uma conclusão/verificação (Gil, 2009).

A escolha do livro-reportagem como produto final deste trabalho se deu pela intenção de resgatar a subjetividade presente em relatos e memórias sobre a história da Praia dos Artistas, através da narrativa literária como suporte jornalístico. Barros e Duarte (2006, p. 173) explicam que “de todas as formas de comunicação jornalística, a reportagem, especialmente em livro, é a que mais se apropria do fazer literário”. Para Barros e Duarte (2006) não há barreiras entre o jornalismo e a literatura, podendo ser encontrados completamente ligados, e complementa (2006, p.173): “o jornalismo apropria-se das técnicas da literatura e vice-versa. O jornalismo tem dado maior vivacidade à literatura moderna. Qualquer reportagem bem-feita tem elementos literários”.

Essas características promovem a fuga do texto jornalístico tradicional, abrindo espaço também para o uso de técnicas literárias, onde, nesta narrativa, “são descritos personagens, lugares vividos por eles, ações e comportamentos, para que o leitor possa entender e sentir o clima da história, entrar no mundo do livro e participar dos sentimentos das personagens: dos seus sofrimentos, dificuldades, alegrias e conquistas” (Cardoso *et al.*, 2013, p. 7).

3.1 LIVRO-REPORTAGEM

O jornalismo literário moderno surge no início do século XVIII, através do nome de Daniel Defoe, escritor de panfletos, ensaios e crônicas, conhecido pelo romance *Robinson Crusoe* (1719) e por uma série de reportagens policiais literárias e jornalísticas. Para Pena (2016), o jornalismo literário vai além da redação e dos acontecimentos cotidianos, podendo

proporcionar visões mais amplas da realidade e romper os padrões burocráticos do *lead*⁴¹, garantindo, dessa forma, uma profundidade dos relatos, através da literatura. Esse tipo de jornalismo não ignora os fundamentos do jornalismo tradicional, pelo contrário, ele o desenvolve, mantendo os princípios de apuração, observação, ética e cidadania, passando pelas etapas de pauta e captação (Pena, 2016).

Para Barbosa (2009, p. 19), a narrativa é “uma forma de estar no mundo, visualizá-lo, produzir interpretações, lançar no mundo outros textos decorrentes do ato narrativo, que por sua vez se transformaram em novas interpretações e em outros atos narrativos”. Sendo a história um ato comunicacional, ao viabilizar as memórias dos/as moradores/as da Boca do Rio e frequentadores/as da Praia dos Artistas, o passado pode ser acessado no presente, através da memória, pois a narrativa tem a função de “configurar a experiência temporal” (Barbosa, 2009, p. 20).

A prática jornalística, aliada a literatura, oferece ao/à leitor/a conhecimentos adquiridos pelo/a jornalista, através de uma narrativa que intercala comentários às características físicas e psicológicas dos/as personagens (Cardoso *et al.*, 2013). Para Lima (1991), o livro-reportagem se apresenta como um recurso de maior abrangência em relação a uma grande reportagem, à medida que possui desdobramentos que vão para além da notícia. Ele amplia o papel jornalístico no sentido de ir além dos limites da grande reportagem.

Nessa perspectiva, recorro ao jornalismo literário, a fim de transmitir a informação ao/à leitor/a, a partir da riqueza de detalhes, como entonação de voz, gestos, olhares e outros, pois segundo Pena (2006), esses aspectos influenciam na mensagem final. De acordo com Lima (1991, p.29), nesse tipo de escrita “o número e a qualidade dos detalhes enriquece a narrativa, conduzindo-a para um grau de informação superior ao dos veículos cotidianos”. Para Pena (2008, p.3):

Quando o homem fala, há um componente sinestésico tanto na emissão quanto na recepção. Ao ouvir alguém em uma praça pública, por exemplo, não estamos só usando a audição. Estamos vendo seus gestos, usando o tato para nos apoiar em algum banco ou ficar de pé, sentindo o cheiro no ar e o paladar de nossa última refeição ou da fome que se aproxima. Todos estes componentes influenciam a mensagem. São parte dela.

Lima (1991) garante que o livro-reportagem “amplia o trabalho da imprensa

⁴¹ “O lead é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato”. Fonte: Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo, 1997.

cotidiana”, deixando de tratar suas pautas de forma superficial (1993, p.7). Trata-se, portanto, de uma grande reportagem. Sobre isso, explica (1991, p.10):

O instrumento básico para o relato jornalístico é a notícia, forma de comunicação que condensa a reprodução dos fatos sociais. Mas como há temas que requerem abordagem mais ampla, o jornalismo desenvolveu, ao longo do tempo, uma forma de mensagem mais rica, cujo teor procura redimensionar a realidade sob um horizonte de perspectivas onde não raro existem várias dimensões dessa mesma realidade.

Ainda de acordo com o Lima (1991, p.12-13), “a medida em que certos temas importantes não têm nos veículos jornalísticos convencionais a guarida que merecem [...] a alternativa natural é a elaboração da grande reportagem na forma de livro”. Neste trabalho o/a jornalista tenta reproduzir a realidade de maneira mais completa e aprofundada possível, “considerando as camadas sobrepostas” e fazendo isso de forma “gostosa, envolvente, tentando satisfazer um público de perfil variado” (Lima, 1991, p.11). O livro-reportagem ainda oferece ao leitor uma linguagem mais “solta” e menos industrializada.

Para começo de conversa, esse veículo jornalístico, por ser um trabalho de autor, produzido individualmente ou em equipe, ganha uma liberdade de gestação e confecção inexistente na grande imprensa, aquela dos grandes meios de comunicação, voltada para vastas audiências. O primeiro grande voo é o rompimento com dos carrascos conceituais nas redações convencionais: a atualidade e a periodicidade. (Lima, 1991, p.18).

O livro-reportagem vai se diferenciar do jornalismo tradicional, quando deixa de assumir a postura de trabalhar apenas com aquilo que é atual. É justamente a fuga dessas limitações que torna *Aratubaia: memórias e racismos submersos*, uma grande reportagem que explica de forma aprofundada a questão do racismo e seus problemas ambientais e sociais na localidade, pois mergulha na história do passado recente que antecede e condiciona os fatos. A verdade é fundamental na construção do livro-reportagem (Lima, 1991).

Quanto ao tratamento, mantém o traço fundamental do jornalismo de “comunicar - isto é, estabelecer um elo de ligação com o leitor - com eficiência, combinando clareza e aceitação social” (Lima, 1991, p.28). É aí que os aspectos plásticos do livro também se tornam relevantes, tais como a diagramação, fotografias e disposição do conteúdo.

4. A CONSTRUÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM

A construção do livro-reportagem *Aratubaia: memórias e racismos submersos* passou pelas etapas de pauta, desde a escolha das pessoas que seriam entrevistadas, até a etapa de redação, tamanho de cada entrevista, revisão e diagramação. A pauta foi o ponto de partida para este trabalho e norteador da produção desta grande reportagem. Foi nela que localizei, identifiquei e delimitei o conflito correspondente ao tema definido. “A pauta do livro-reportagem é mais abrangente, não ficando restrita aos temas de moda em vigência nos jornais. Porque essa pauta goza de uma série de liberdades que seriam inconcebíveis na imprensa” (Lima, 1991, p.35).

A segunda etapa foi a de captação de dados, através da realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade. De acordo com Lima (1991, p.37), no livro-reportagem, essa fase é realizada “de maneira mais rica do que na mídia convencional”, sendo também uma fase esclarecedora e interativa, que permite o cruzamento de diversas informações entre os/as entrevistados/as. Essa foi uma etapa importante no processo de complementar a documentação, para que pudesse ser conferida a veracidade dos fatos.

Das entrevistas realizadas, três foram possíveis a partir do meu relacionamento com o bairro e pelo conhecimento prévio das fontes. A pesquisa foi essencial para localizar alguns/algumas entrevistados/as, como o barraqueiro Aloísio Sky, personalidade importante para o desenvolvimento da história. As outras 10 entrevistas foram possibilitadas por contatos diversos, a partir de indicações. O desenvolvimento das narrativas se deu através do método de amostra não probabilística, fazendo o uso da amostragem por acessibilidade. Nela, fontes de mais fácil acesso foram selecionadas de acordo com sua relevância para o estudo.

Os/as personagens foram selecionados/as através de representações sociais, considerando raça e gênero, a partir da compreensão de que a seleção desses perfis interferem no resultado da pesquisa. Afinal, abordar racismo ambiental sugere várias intersecções determinantes para a aplicação ou não de políticas públicas na sociedade. Após esta seleção, foram elaborados questionários semiestruturados e qualitativos, com perguntas abertas e fechadas, alinhadas com o objeto da pesquisa, isto é, centrado na recuperação de memórias e na ideia do racismo ambiental. As perguntas foram formuladas com antecedência, possibilitando praticidade. Após o levantamento bibliográfico e produção dos questionários, fui a campo, realizando entrevistas no mês de outubro de 2022 e maio e junho de 2023.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial em Salvador, com hora e local variados. Apenas a pré-entrevista com Nadir Nóbrega aconteceu na modalidade remota, por

meio da Plataforma *Google Meet*. Todas tiveram Termos de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Depoimento assinados, documento que garante a ética e proteção do trabalho jornalístico. Ainda falando de fontes, destaco os materiais localizados no Blog Boca do Rio Cultural, Acervo do Jornal A Tarde e acervos pessoais de moradores/as da Boca do Rio e frequentadores/as da Praia dos Artistas. Essa pesquisa documental pode ser resumida em uma investigação sobre um passado distante, mas possível, graças aos materiais encontrados, como arquivos, documentos, recortes de jornais, livros e fotografias.

A pesquisa resultou na produção de um livro-reportagem, entendendo que esse gênero jornalístico, assim como considera Lima (1998), estende o conteúdo de uma grande reportagem, aumentando as possibilidades de contar histórias em seus mais delicados detalhes, transportar o/a leitor/a para o momento exato em que ocorreu o acontecimento reportado. Após a realização das entrevistas, o processo passou, respectivamente, pelas etapas:

- 1 – Transcrição das entrevistas;
- 2 – Leitura/escuta das características e dos discursos.

Finalizado essas etapas, segui para a redação, isto é, a construção literária do livro-reportagem. As narrativas foram produzidas de acordo com as vivências dos personagens no território. Nessa perspectiva, elas narram a construção de suas histórias enquanto frequentadores/as e protagonistas do palco cultural e conflituoso a ser descrito. Dessa forma, foi possível examinar e esclarecer o cenário de poluição na Praia dos Artistas da década de 1970 até o presente momento. Os dados sobre questões ambientais, saneamento e raça/cor foram levantados através de fontes oficiais de empresas brasileiras como Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Salvador (Sema), Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir de dados encontrados nos mencionados provedores, foi apresentado o desenvolvimento de um dos casos de racismo ambiental identificados em Salvador, evidenciando a existência de “agressores” e “agredidos”, bem como a identificação destes e a forma como a Praia dos Artistas foi diretamente afetada pela prática do racismo ambiental. O livro reportagem foi escrito como narrador onisciente, buscando descrever ao máximo as memórias e as subjetividades dos/as entrevistados/as, para que o/a leitor/a possa visualizar as cenas narradas. A utilização de recursos fotográficos foi aplicada para dar suporte e preservar a retenção dessas histórias à longo prazo.

Ao trabalhar a história da Praia dos Artistas através do suporte imagético, pudemos

acompanhar os caminhos da memória, cujo acesso possibilitou o aprofundamento e o enriquecimento da narrativa, garantindo maior credibilidade aos processos de rememoração. Para Simson (2005), a análise de fotos antigas de cunho sociocultural, permite ainda a devolução dos resultados de pesquisa às localidades estudadas.

4.1 A COMPOSIÇÃO ESTÉTICA DO LIVRO-REPORTAGEM

4.1.1 A composição

O livro-reportagem *Aratubaia: memórias e racismos submersos* possui 105 páginas e será impresso em tamanho 140 x 210 mm, Capa Paperback com orelha, e papel Pólen natural 80g/m². Traz a apresentação da Dra. Céres Santos, minha primeira impulsionadora a tornar possível esta produção, quem me apresentou de forma mais profunda à temática e possibilitou o contato com alguns personagens que contribuíram com seus relatos neste livro. Céres teve muita delicadeza e solicitude nessa trajetória, que foi extremamente difícil para mim. Ninguém melhor do que uma mulher, preta, ativista do movimento negro e que vivenciou a Praia dos Artistas em seu auge, para escrever e representar esta parte de *Aratubaia*.

Para o prefácio, sempre me pareceu ideal o nome do Me. Samuel Vida, meu tio-avô, pois além de sua trajetória junto à militância do MNU, é professor, advogado e pesquisador em Racismo Ambiental, estando presente nas manifestações contra a construção do Emissário Submarino na Boca do Rio. A capa e a diagramação foram elaboradas por Vinnicius Moraes, colaborador da Ruma Criativo, empresa de comunicação, design e marketing, utilizando imagens de minha autoria e do acervo pessoal de alguns/algumas personagens. O intuito era trazer lembranças e documentar fatos através das fotografias.

O livro é composto pelo prólogo *Peixe-sacola*, que traz a apresentação do conteúdo que será narrado, e segue dividido em três partes: *Boca do Rio das Pedras*, *Praia dos Artistas* e *Racismo Ambiental*. A primeira parte apresenta três capítulos com o perfil de três personagens, pescadores/as, moradores/as e frequentadores/as da Praia dos Artistas; a segunda traz sete capítulos, com o perfil de sete artistas que vivenciaram a Praia entre os anos 1970 e 1980; e a última narra entrevistas com três especialistas em raça e meio ambiente, dividida em três capítulos. No final de cada capítulo, a página revela a imagem do/a entrevistado/a, para que o/a leitor/a possa conhecê-los/as e identificá-los/as nas linhas que seguem.

Após o último capítulo, a obra traz um álbum de fotografias autorais e de acervos de

moradores/as da Boca do Rio e frequentadores/as da Praia dos Artistas, que mostram a efervescência do passado e a lastimável realidade presente. Ao final das imagens, o epílogo *O berro da Boca* finaliza o livro-reportagem.

4.1.2 O título

O título *Aratubaia: memórias e racismos submersos* foi escolhido durante a etapa de transcrição da entrevista do barraqueiro Aloísio Sky, após já ter escrito uma lista sobre possíveis nomes. Através do meu entrevistado, tive a informação de que o nome oficial da Praia dos Artistas é Aratuabaia, referência a um poço profundo e perigoso que existe no local, e banhou e matou a sede de negros/as, indígenas e quilombolas naquela região.

“Todo mundo respeita Aratuabaia”. Essa frase de Aloísio Sky me ajudou a formular um título, que logo na capa já pudesse demonstrar a ancestralidade e potência trazida naqueles relatos. O subtítulo *memórias e racismos submersos* corresponde à oralidade trazida na narrativa de cada personagem e ao debate do racismo ambiental, submerso nas ondas poluídas da Praia dos Artistas.

4.1.3 As imagens

A capa do livro-reportagem é uma fotografia atual da Praia dos Artistas cedida pelo historiador Casemiro Rafike, morador da Boca do Rio e fundador do projeto independente Se Essa Rua Fosse Minha, onde moradores/as voluntários/as realizam a limpeza das dunas da Praia dos Artistas. As imagens apresentadas no livro-reportagem são de minha autoria, do acervo do Jornal A Tarde e do acervo pessoal dos/das entrevistados/as.

Na diagramação, foi utilizada a psicologia das cores, a fim de desenvolver estratégias de subjetividade e identidade da obra. Todas as imagens aparecem em preto e branco, para exibir um tempo distante, remetendo ao passado. Além disso, a cor preta, embora transmita elegância e sofisticação, está atrelado à morte, simbolizando a perda de um importante palco cultural, submerso pelo racismo ambiental no presente.

As imagens que aparecem no livro trazem representações do passado e do presente da Praia dos Artistas, possibilitando um comparativo crítico da degradação ambiental e cultural, através do fotojornalismo e da fotografia documental. As imagens de minha autoria foram feitas em *smartphone android* de uso pessoal, da marca *Xiomi*, modelo Redmi Note 8 Pro, pela ausência de recursos e equipamento técnico para realização de fotos com qualidade

profissional. Os registros foram feitos em dias diferentes na Praia dos Artistas e nos ambientes em que as entrevistas foram realizadas.

A fotografia dos personagens aparece no final de cada capítulo, de acordo com suas aparições. Através desses registros há a concretização da imagem descrita no texto para o/a leitor/a, que passa a conhecer os rostos das fontes no final da leitura de cada capítulo, ao passo que já pôde conhecer suas histórias ao longo da entrevista. No final, reúno um álbum de fotografias, para ilustrar as histórias contadas em cada página. A tipografia utilizada na diagramação da obra é tradicional e contemporânea.

Além das imagens, trago elementos africanos de forma harmônica, sem conexão imediata com o título de cada capítulo, para resgatar a ancestralidade negra da Boca do Rio. Ricardo Azevedo (1998), aponta sobre a interferência de elementos imagéticos no texto. Para ele, a ilustração exige também interpretação e, logo, produz imaginação e informação, que serão absorvidas pelo leitor a longo prazo.

4.1.4 As divisões do livro-reportagem *Aratubaia*

O livro-reportagem é dividido em 13 capítulos, sendo os três últimos a narrativa de especialistas em raça e meio ambiente, a fim de gerar uma reflexão sobre o conceito e evidências de um caso de racismo ambiental na Praia dos Artistas, foco de denúncia da obra. Os dez capítulos que antecedem trazem, individualmente, a narrativa de um/a personagem que vivenciou a Praia entre os anos 1970 e 1980, com suas particularidades e opiniões sobre a poluição desse lugar, a ligação com o racismo ambiental e o apagamento da história da Praia da Boca do Rio.

Optei por dividir as histórias em capítulos distintos por acreditar que é importante mergulhar em cada uma dessas vivências separadamente e poder vivenciá-las intensamente, para que, ao final da leitura de todos os capítulos, consigamos fazer um elo entre todas as narrativas. Para os títulos, decidi utilizar uma frase que fizesse referência a alguma parte da história de cada capítulo, para que, quando lido, o/a leitor/a possa fazer uma conexão.

Os títulos não possuem um padrão, foram pensados à medida em que nascia o texto e as entrevistas eram recordadas. A estratégia, a fim de buscar uma aproximação da literatura, não se assemelha às conhecidas manchetes jornalísticas, as quais precisam ser objetivas e tratar do assunto principal. As narrativas possuem uma estrutura cronológica em primeira pessoa, onde relato a trajetória para chegar àquelas pessoas e como foi o encontro com cada uma delas.

Escolhi este estilo de narrativa, por acreditar que ela aproxima o/a jornalista-escriptor/a dos/as leitores/as. Tal aproximação entre jornalista-leitor/a também compreende um conceito jornalístico, em que o/a repórter funciona como artífice da notícia, assim como delimita Marcelo Canellas (2008), mas também narra e descreve sua percepção da cena e do ambiente. Essa visão foi permitida pelo suporte adotado, pois o livro-reportagem-perfil permite que o/a jornalista participe do texto, narre os fatos como os vê, mas também construa a história a partir do que foi colhido e pesquisado, sem sua intervenção direta.

Decidi utilizar a técnica na montagem dos capítulos, aliando a descrição dos perfis através do relato em primeira pessoa, o que Oswaldo Coimbra (1993) denomina e caracteriza como narrador-protagonista, aquele que narra, ouve, percebe e edita o acontecimento, sendo ele, muitas vezes, o próprio acontecimento. A técnica foi aliada ao que o autor denomina de narrador-onisciente em terceira pessoa e o modo dramático, também em terceira pessoa.

Unir diferentes narrativas em uma mesma história, aproxima o/a leitor/a dos/as personagens e, ao mesmo tempo, estimula a percepção e reflexão do/a leitor/a, onde é demonstrado que trata-se de um livro-reportagem e não uma narrativa ficcional. Em passagens rápidas, algumas histórias “pausam” a narrativa cronológica para contar e contextualizar a história de formação da Boca do Rio. Como já mencionado no corpo deste memorial, este livro-reportagem tem como objetivo não só relatar e perfilar o debate do racismo ambiental na Praia dos Artistas, mas também, visibilizar a história do bairro e chamar atenção para um território ancestral, ainda com muitos déficits sociais.

No livro, não discuto as opiniões das fontes sobre raça, política ou racismo ambiental, mas sim, narro seus depoimentos, a fim de que esses relatos possibilitem contribuições sociais e pessoais que mostrem o que ainda precisa ser feito para falarmos em justiça ambiental e igualdade racial em Salvador. Cada história possui sua singularidade em meio a formações e transformações, e elas são apresentadas nos 13 capítulos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro-reportagem *Aratubaia: memórias e racismos submersos* partiu de uma vontade minha, como mulher, preta, periférica, nascida e criada na Boca do Rio, e por buscar um referencial sobre o meu território e não encontrar, e a Praia dos Artistas foi um palco cultural, que reuniu elementos importantes sobre a história desse bairro. Sendo assim, o projeto toma forma e adquire os objetivos de visibilizar essas histórias em busca de práticas sociais e raciais mais justas no meu território.

Trata-se, portanto, de um livro com valor científico e didático, servindo como acervo bibliográfico básico de referência para escolas, bibliotecas, universidades e para estudos individuais, além de permitir o registro da memória cultural e da história dessa localidade.

Aratubaia também pode servir de inspiração para que tantos outros casos de racismo ambiental sejam denunciados em Salvador, na Bahia, no Nordeste e no Brasil. As histórias narradas mostram que esse conceito existe e que as pessoas pretas e de baixa renda convivem com essa problemática no decorrer de suas vidas. Cada personagem deste livro-reportagem está fazendo história a partir do momento em que permite que suas narrativas sejam passadas adiante, a fim de buscar novas conquistas e de que novas denúncias aconteçam.

Entende-se, através da denúncia e dos relatos apontados neste livro, que após 17 anos de um governo progressista, do Partido dos Trabalhadores, na Bahia, as instituições continuam sendo movidas pelo capital e pelo racismo. Ou seja, durante a construção do SDO do Jaguaribe, na Boca do Rio, não foi pensado no impacto social e ambiental, mas no sentido de cumprir interesses individuais, seguindo a lógica neoliberal, e sem nenhum compromisso com preocupações sociais, como o combate às desigualdades e ao racismo.

No percurso da pesquisa foram inúmeras as dificuldades, pessoais e metodológicas. As entrevistas foram realizadas em uma cidade a mais 500 quilômetros de onde resido atualmente, o que me parecia arriscado, porém instigante. Apesar de algumas entrevistas canceladas, por indisponibilidade das fontes no período, necessárias para a conclusão do trabalho e por motivos pessoais que me envolviam, a maioria delas ocorreram melhor do que havia sido planejado.

A construção teórica que embasou todo o processo mostrou-se elucidativa e essencial para que eu pudesse formular as perguntas do questionário e conseguisse extrair o que fosse necessário para cumprir meu objetivo, além de comprovar a existência desse tipo de racismo que se perpetua em nossa sociedade. Desta maneira, acredito que consegui cumprir o objetivo que exponho neste trabalho.

Mesmo a grande mídia pautando o racismo ambiental cada vez com mais frequência, o jornalismo diário não dá conta de entrar nessas histórias. As pautas costumam ser superficiais. É mostrado o fato sem um recorte/debate de raça, de racismo ambiental. Diferentemente deste livro-reportagem, que tem como pano de fundo o racismo ambiental, e permite mergulhar nas memórias dessas pessoas,

Apenas a igualdade e a liberdade permitem que o papel do/a jornalista seja cumprido e que pretos e pretas alcancem a liberdade e a igualdade, inclusive na cobertura jornalística. Como quase jornalista, me vi no papel de realizar um trabalho que contribuísse socialmente, tanto para a sociedade em geral, sobretudo para as pessoas étnico-raciais marginalizadas, como para a própria classe de jornalistas, que, muitas vezes, não olham para essa pauta.

REFERÊNCIAS

- ACHILLE MBEMBE. *In: Casa África*, s.d. Disponível em: <https://www.casafrika.es/pt/pessoa/achille-mbembe#>. Acesso em 02 ago. 2022.
- A HISTÓRIA. *In: Boca do Rio Cultural*, 2011. Disponível em: <http://nossabocadorio.blogspot.com/>. Acesso em 20 jun. 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- A PRESENÇA DO NEGRO NO ROCK, POR RUBENS GIAQUINTO. *In: Portal Geledés*, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-presenca-negra-no-rock-por-rubens-giaquinto/>. Acesso em 03 out. 2022.
- BACIA DO RIO DAS PEDRAS NASCE NO CABULA E É UMA DAS MAIORES DE SALVADOR. *In: Portal Gov.Br*, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/revitalizacao-de-bacias/nov-9-bacia-do-rio-das-pedras-nasce-no-cabula-e-e-uma-das-maiores-de-salvador-novembro-2017>. Acesso em 05 set. 2022.
- BAHIANA, Ana Maria Pereira. **Almanaque anos 70**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.
- BAUER, Martin, W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático**. -7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BOCA DO RIO. *In: Observatório de bairros Salvador*. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/boca-do-rio>. Acesso em 19 jun. de 2022.
- CARVALHO, Diana; SCHIMIDT, Fernanda. **Racismo Ambiental: porque algumas comunidades são mais afetadas por problemas ambientais? Futuro depende do fim da desigualdade**. ECOA, São Paulo, 2020.
- CIDADE MAIS NEGRA FORA DA ÁFRICA, SALVADOR COMPLETA 467 ANOS. *In: Agência Brasil*, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-n>

egra-fora-da-africa#:~:text=E%2C%20de%20acordo%20com%20um,negra%20fora%20do%20continente%20africano. Acesso em 28 jun. 2022.

CINCO PRAIAS DE SALVADOR CONCENTRAM MAIORES NÍVEIS DE POLUIÇÃO. *In: Jornal A Tarde*, 2018. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/cinco-praias-de-salvador-concentram-maiores-niveis-de-poluicao-929385>. Acesso em 20 jun. 2022.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DEMORA PARA AJUDA A MAIS POBRES NA COP27 AMPLIA DEBATE SOBRE RACISMO AMBIENTAL. *In: Folha de São Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/demora-para-ajuda-a-mais-pobres-na-cop27-amplia-debate-sobre-racismo-ambiental.shtml>. Acesso em 24 nov. 2022.

DESIGUALDADE, INJUSTIÇA AMBIENTAL E RACISMO: UMA LUTA QUE TRANSCENDE A COR. *In: Racismo Ambiental*. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/aryan-1>. Acesso em 27 jul. 2023.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENTREVISTA COM DIOSMAR FILHO: O QUE É RACISMO AMBIENTAL? *In: Amazônia Legal Urbana: Análises Socioespaciais de Mudanças Climáticas*, 2021. Disponível em: <https://amazonialegalurbana.com.br/2021/11/04/entrevista-com-diosmar-filho-o-que-e-racismo-ambiental/>. Acesso em 24 set. 2022.

FAGNER, Washington. Praia dos Artistas. *In: Soteropolitanos da orla marítima*, 2007. Disponível em: <https://soteropolitanosdaorla.wordpress.com/2007/11/19/um-olhar-sobre-a-praia-dos-artistas/>. Acesso em 05 set. 2022.

FARZÃO, Dilva. Biografia de Caetano Veloso. *In: eBiografia*. Disponível em: https://www.ebiografia.com/caetano_veloso/. Acesso em 03 out. 2022.

FARZÃO, Dilva. Michel Foucault. *In: eBiografia*, 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/michel_foucault/. Acesso em 03 out. 2022.

FERNANDES, Cláudio. Rastafarianismo. *In: História do Mundo*, s.d. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/rastafarianismo.htm#:~:text=O%20rastafarianismo%2C%20ou%20religi%C3%A3o%20rastaf%C3%A1ri,anos%20de%201930%20a%201974>. Acesso em 03 out. 2022.

FILHO, Luiz Vianna. **O negro na Bahia** (um ensaio clássico sobre a escravidão). Salvador: Edufba, 2006.

FREIRE, Tâmara. IBGE: renda média de trabalhador branco é 75,7% maior que de pretos. *In: Rádio Agência Nacional*, 2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-11/ibge-renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-que-de-pretos#:~:text=A%20pesquisa%20mostra%20a%20cor,que%20%C3%A9%20de%20R%24%201.764..>. Acesso em 04 maio 2023.

GABLER, Louise. Lei Eusébio de Queirós. *In: Portal Gov.br*, 2015. Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz#:~:text=A%20lei%20n.º%20extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20escravid%C3%A3o%20no%20pa%C3%ADs..>. Acesso em 03 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: editora atlas, 2009.

GONZALEZ, Mariana. Topless não é crime no Brasil, mas pode levar mulheres à prisão; entenda. *In: Universa Uol*, 2022. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/01/30/fazer-topless-nao-e-proibido-no-brasil-mas-pode-levar-a-prisao-entenda.htm>. Acesso em 05 set. 2022.

GOVERNO BOLSONARO REJEITA CONCEITO DE “RACISMO AMBIENTAL” NA ONU. *In: Notícias Uol*. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/10/04/governo-bolsonaro-rejeita-conceito-de-racismo-ambiental-na-onu.htm>. Acesso em 28 jun 2022.

HERCULANO, Selene. “**Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**”. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LEGNAIOLI, Stella. O que é racismo ambiental e como surgiu o conceito. *In: eCycle*, 2021. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/racismo-ambiental/>. Acesso em 24 set. 2022.

LEI ÁUREA: O FINAL DE UMA LUTA QUE COMEÇOU BEM ANTES DE 1888. *In: Portal Geledés*, 2014. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/lei-aurea-o-final-de-uma-luta-que-comecou-bem-antes-de-1888/>. Acesso em 03 out. 2022.

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. *In: Planalto.Gov*, 1989. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%202%C2%BA%20\(Vetado\)..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%202%C2%BA%20(Vetado)..). Acesso em 03 out. 2022.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Livro-reportagem**. São Paulo: editora brasiliense, 1991.

MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O ESTADO DE S. PAULO. Eduardo Martins. 3ª edição, revista e ampliada — São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. **Gêneros jornalísticos no ensino-aprendizagem da escrita**: da entrevista ao perfil. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 15, n. 2, p. 86-95, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2013.152.02>. Acesso em 21 jun. 2022.

MATÉRIAS EM JORNAIS. In: **Boca do Rio Cultural**. Disponível em: <http://nossabocadorio.blogspot.com/p/materias-em-jornal.html>. Acesso em 21 jun. 2022.

MENDONÇA, Tatiana. Era uma vez um rio. In: **Portal A Tarde**, 2015. Disponível em: <https://atarde.com.br/muito/era-uma-vez-um-rio-679693>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Disponível em: <https://mnu.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.

O TRIÂNGULO DOS ALTERNATIVOS EM SALVADOR. In: **Blog Anos 70 Bahia**, 2016. Disponível em: <http://anos70ba.blogspot.com/2016/07/o-triangulo-dos-alternativos-em-salvador.html>. Acesso em 05 set. 2022.

PACHECO, Tania. **Breve radiografia dos conflitos ambientais no Brasil tendo por base o Mapa da Fiocruz**. FAE, São Paulo, 2017.

PAULO SOUTO - BA. In: **Senado Federal**, s.d. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/924>. Acesso em 03 out. 2022.

PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS. In: **Editora da Universidade Federal da Bahia - Edufba**, s.d. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/pele-negra-mascaras-brancas>. Acesso em 03 out. 2022.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: editora contexto, 2016.

PIONEIRISMO. In: **Boca do Rio Cultural**, 2011. Disponível em: <http://nossabocadorio.blogspot.com/>. Acesso em 20 jun. 2022.

POLÍTICA. In: **Boca do Rio Cultural**, 2011. Disponível em: <http://nossabocadorio.blogspot.com/>. Acesso em 20 jun. 2022.

QUALIDADE DAS ÁGUAS. In: **Instituto do Meio Ambiente em Recursos Hídricos - Inema**, s.d. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/servicos/monitoramento/qualidade-das-aguas/>. Acesso em 05 set 2022.

QUAL O ESTADO COM MAIOR EXTENSÃO LITORÂNEA DO BRASIL?. In: **Estados e Capitais do Brasil**, s.d. Disponível em: <http://www.estadosecapitaisdobrasil.com/qual-o-estado-com-maior-extensao-litoranea-do-bra>

[sil/#:~:text=A%20Bahia%20%C3%A9%20o%20estado,ilh%C3%A9us%20e%20Porto%20Seguro%2C%20Mara%C3%BA..](#) Acesso em 05 set. 2022.

RACISMO AMBIENTAL. *In: ECOA Uol*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/racismo-ambiental-comunidades-negras-e-pobres-sao-mais-afetadas-por-crise-climatica/#cover>. Acesso em 28 jun. 2022.

RACISMO AMBIENTAL: SAIBA O QUE É E ENXERGUE COMO ELE VEM ACONTECENDO. *In: Baobá - Fundo para equidade racial*, 2021. Disponível em: <https://baoba.org.br/racismo-ambiental-saiba-o-que-e-e-enxergue-como-ele-vem-acontecendo/>. Acesso em 24 set. 2022.

REZENDE, Eron. Praias de Salvador sofrem com poluição. *In: Jornal A Tarde*, 2017. Disponível em: <https://atarde.com.br/muito/praias-de-salvador-sofrem-com-poluicao-840827>. Acesso em 20 jun. 2022.

RIBEIRO, Djamil. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SALVADOR (BA). *In: Instituto Água e Saneamento*. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ba/salvador#:~:text=98%2C8%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,345.079%20habitantes%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20coletado>. Acesso em 28 jun. 2022.

SANTANA, Victoria. **Aratubaia**: memórias e racismos submerso. Prefácio de Samuel Vida. Livro (online), 2023.

SANTOS, Cláudia Alves dos. **Características sócio-econômicas de um bairro “dividido”**: o caso da Boca do Rio (Salvador-BA). Revista UCSal PRESS. Salvador, out., 2005, p. 01 - 09.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Novos Alagados**: histórias do povo e do lugar. Bauru: Edusc, 2005.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002, pp.157-161.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In: GERNER, Júlio (org.). O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997, pp. 133-144.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 de jun de 2022.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. Estudos dos bairros do Imbuí e da Boca do Rio. **Geração de emprego e Renda em Salvador**. Salvador: KANZEON, 1998.

SILVA, Daniel Neves. Golpe Militar de 1964. *In: História do Mundo*, s.d. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>. Acesso em 03 out. 2022.

SILVA, Daniel Neves. Panteras Negras. *In: História do Mundo*, s.d. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/os-panteras-negras-e-o-movimento-racial-nos-eua.htm>. Acesso em 03 out. 2022.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto, 2002. Disponível em:

<file:///home/home/Downloads/Jorge%20Pedro%20Sousa%20-%20Fotojornalismo.pdf>.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana**: Promoção da justiça ambiental através do direito. Salvador: Edufba, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Yara Damasceno de. **Cultura e estética das mulheres negras do subúrbio ferroviário de Salvador nos anos 1970**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em:

TOPLESS NA AREIA: VERÃO DE 1980, O ANO EM QUE A BAHIA CHEGOU A TANTO. *In: Jornal Correio*, 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/topless-na-areia-verao-de-1980-o-ano-em-que-a-bahia-chegou-a-tanto/>. Acesso em 20 jun. 2022.

TROPICALIA. *In: Boca do Rio Cultural*, 2011. Disponível em: <http://nossabocadorio.blogspot.com/>. Acesso em 20 jun. 2022.

UM LULA SEM MEIAS PALAVRAS NA ONU. *In: Combate Racismo Ambiental*, 2023. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2023/09/20/um-lula-sem-meias-palavras-na-onu/>. Acesso em 21 set. 2023.

VELASCO, Clara. Raio X do saneamento no Brasil: 16% não têm água tratada e 47% não têm acesso à rede de esgoto. *In: Portal G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/raio-x-do-saneamento-no-brasil-16percent-nao-tem-agua-tratada-e-47percent-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.ghtml>. Acesso em 19 jun. 2022.

VIDA, Samuel. “Até, meu bem, provar que não, que não, negro sempre é vilão”. *In: Le Monde Diplomatique Brasil*, 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ate-meu-bem-provar-que-nao-que-nao-negro-sempre-e-vilao/>. Acesso em 04 maio 2023.

VOCÊ SABIA QUE FOI UMA MULHER NEGRA QUE CRIOU “ROCK N’ROLL”? *In: Portal Geledés*, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/voce-sabia-que-foi-uma-mulher-negra-que-criou-rock-nroll/>. Acesso em 03 out. 2022.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios.

In: **Senado Federal**, 2020. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%202%C2%BA%20\(Vetado\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%202%C2%BA%20(Vetado)). Acesso em 03 out. 2022.